



# Anais da Assembléia

N. 123

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE OUTUBRO DE 1987

ANO XIII

1.<sup>a</sup> **SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA**  
**ATA DA 104.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1987**  
**TERÇA-FEIRA**

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Lindolfo Júnior.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (53). Achan-do-se em licença a Senhora Deputada Iron-di Pugliesi.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## E X P E D I E N T E:

### Ofícios:

#### OFÍCIOS

Sob os n.ºs DTL/ 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136,

137, 138, 139, 140, 141 e 142/87, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei n.ºs 131/87, 109/87, 114/87, 219/87, 96/87, 130/87, 311/85, 209/86, 248/86, 272/86, 009/87, 13/87, 19/87, 33/87, 66/87, 071/87, 85/87 e 87/87, os quais convertidos em Lei tomaram os números 8.557, 8.558, 8.559, 8.560, 8.562, 8.561, 8.563, 8.564, 8.565, 8.566, 8.567, 8.568, 8.569, 8.570, 8.571, 8.572, 8.573 e 8.574, respectivamente. Anote-se Arquive-se.

Sob o n.º DTL/ 124/87, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado o Projeto de Lei n.º 78/87, que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, o lote de terreno de propriedade do Estado do Paraná conforme registro sob n.º 12.923, no livro 3-D, do Cartório da 1.<sup>a</sup> Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba. A Comissão de Constituição e Justiça.

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Votação aos Projetos de Lei n.ºs 267/87 e 268/87, oriundos das Mensagens Governamentais n.ºs 96/87 e 86/87, respectivamente.

Sala das Sessões, em 27.10.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, preferência na discussão e votação para os Projetos de Lei n.ºs 267/87, 268/87, 247/87, 222/87 e 229/87, todos constantes da Ordem do Dia marcada para a Sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 27.10.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno da Casa, após ouvido o Plenário, o encerramento da 3.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.º 268/87, com base no inciso III, do Art. 156.

Sala das Sessões, em 27.10.87.

(a) CAÍTO QUINTANA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de Redação Final a todos os Projetos, aprovados em 3. Discussão na sessão de hoje, que não tenham recebido Emendas.

Sala das Sessões, em 27.10.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, dispensa da votação e discussão da Redação Final para todos os Projetos aprovados em 3. Discussão na sessão de hoje, e que não sofreram emendas nas suas tramitações.

Sala das Sessões, em 27.10.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de pesar pelo falecimento do Senhor João Batista Toesca, no dia 26 último, com 87 anos, na cidade de Umuarama.

Requer, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja dada ciência à família enlutada. (Av. Mauá, 4183-CEP. 87.500 Umuarama).

Sala das Sessões, em 27.10.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

#### JUSTIFICATIVA:

O Senhor João Batista Toesca, líder de uma família de pecuarista da região de Umuarama, foi um dos pioneiros desta cidade. Pessoa muito estimada, exercia atividades filantrópicas voltadas para os mais necessitados, chegando recentemente a doar um edifício de apartamentos para o Asilo São Vicente de Paula, no centro de Umuarama.

Deixou viúva a Senhora Maria Sartori Toesca, 8 filhos, 28 netos e 29 bisnetos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Rivadavia Roseira Ribas, ocorrido no dia 26 p.p., na Cidade de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 27.10.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

#### JUSTIFICATIVA:

O Senhor Rivadavia Roseira Ribas, deixou como grande patrimônio o esforço e dedicação ao trabalho, bem como o exemplo de

honradez que sempre marcou sua vida.

Aposentado da Prefeitura Municipal de Guarapuava, com 76 anos de idade, viúvo, deixa 4 filhos e netos.

O desaparecimento entristeceu a comunidade guarapuavana, onde possuía estreitas ligações e era admirado pela sua conduta de homem de bem.

Outrossim, solicita que da decisão desta Casa seja dado ciência aos seus filhos no seguinte endereço: rua Saldanha Marinho, 1825- Guarapuava.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 291/87

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor JOSÉ RODRIGUES LOPES JÚNIOR, pelos relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.10.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### JUSTIFICATIVA:

##### CURRICULUM-VITAE

#### 1. DADOS PESSOAIS:

Nome: JOSÉ RODRIGUES LOPES JÚNIOR

Data de Nascimento: 06.02.1925

Local de Nascimento: Santos SP.

Estado Civil: Casado

Nome do Cônjuge: Noêmia da Costa Lopes

Data de Nascimento: 30.01.1926

Endereço: Rua Alm.Tamandaré. n°1000

Telefone: 262.2639

#### DOCUMENTAÇÃO

Carteira de Identidade: RG 180.807 PR

Cart.Ident.Min.Guerra: n° 11.169

Cart.Ident.do C.R.C.: n° 1521 e 5871-Pr.

Cart.Prof. do Trabalho: N°590.799 s.38ª

Título de Eleitor: N°8.197- 2ª Zona El.

C.I.C./M.P. : 000.379.589-68

#### 2. FORMAÇÃO ESCOLAR

Lyceu São Paulo - Secundário

Faculdade Ciências Econômicas do Paraná- Superior.

#### 3. CURSOS

a) Perito Contador - Período 1944

b) Curso Ext. Leg. do Imp.Renda-  
Tito Resende- Período 1949

c) Curso Ext. de Direito do Trab. e  
Leg. Social- Período 1953

d) Bacharel em Ciências Atuariais: Período 1955

e) Provisionado em Pesq. de Ciências Econômicas, Lei 1411/51- Período 1961 - Dec. 31794/52

#### 4. CARGOS PROFISSIONAIS/GERENCIAIS

1) Empresa: Sociedade Rio Preto de Café Ltda.

Cargo: Chefe de Sessão do Pessoal e Contador - 1943 à 1946.

2) Empresa: Companhia Renascença de Seguros.

Cargo: Sub-Agente 1948 a 1949

3) Empresa: Comissária Exportadora Londrina Ltda.

Cargo: Contador Geral e Gerente Financeiro. 1949 a 1962

4) Empresa: Sociedade Cafeeira Londrina Ltda.

Cargo: Consultor Técnico 1950 a 1954

5) Empresa: Armazéns Gerais Paranaguá SA.

Cargo: Organizador e Consultor- 1951 a 1962.

6) Empresa: Comércio e Navegação Tarran Ltda.

Cargo: Sócio-Gerente - 1960 a 1967

7) Empresa- Cexcal- Com. e Exportação de Café Ltda.

Cargo: Sócio Gerente. - 1967 a 1968

8) Empresa- Exportadora Santa Catarina Ltda.

Cargo: Sócio-Gerente - 1964 a 1973

9) Empresa- César Albertotti e Cia SA.

Cargo: Diretor-Financeiro - 1962 a 1965

10) Empresa - Cipac- Cia. Padronizadora de Café S.A.

Cargo: Diretor-Financeiro - 1962 a 1965

11) Empresa- Corena- Construção e Reparos Navais Ltda.

Cargo- Diretor Relações Públicas- 1962 a 1964

12)- Empresa- Horizonte S.A. Corretora de Valores.

Cargo- Organizador e Fundador- 1963

13) Empresa- Bafexpa- Cafeeira do Paraná Ltda.

Cargo: Sócio-Gerente - 1970 a 1975.

14) Empresa - Brasinpont- Imp. Exp. Café e Transporte Ltda.

Cargo: Sócio Gerente. - 1976 a 1980

15) Empresa- Brasinpont Ind. e Com. de Tijolos Ltda.

Cargo: Sócio-Gerente - 1976 a 1980.

#### 5. OUTRAS ATIVIDADES

a) Empresa

Conselho Regional de Contabilidade do Paraná.

Cargo: Membro do Corpo de Peritos - RG. n° 18- SEC- 1949 a 1950

b) Empresa

Cia. Agricultores de Armazéns Gerais

Cargo: Conselho Fiscal - 1962 a 1964

c) Empresa:

Cafeeira Planalto de Armazéns Gerais

Cargo: Conselho Fiscal - 1964 a 1965

d) Empresa:

Comitê Regional em Defesa dos Aposentados

Cargo: Presidente. - 1972

e) Empresa:

Associação dos Aposentados e Pensionistas do Paraná.

Cargo: Presidente - 1982...

f) Empresa:

Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas

Cargo: Assessor Legislativo e Fiscal - 1985...

#### 6. DIVERSOS -

Plantações de café e soja no Vale do Ivaí.

Estação experimental de plantação de café, soja no litoral Paranaense.

Curitiba, 06.04.1986.

(a) JOSÉ RODRIGUES LOPES JÚNIOR

PROJETO DE LEI N° 292/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1° - Fica denominada a estrada que liga Lapa a Campo do Tenente- PR- 427, de "DARCY BORGES DA SILVEIRA".

Artigo 2°- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.10.87.

(a) PAULO FURIATTI.

#### JUSTIFICATIVA:

Cabe à comunidade consciente perpetuar com homenagens dignas àqueles que com espírito público, se dedicaram às suas causas.

Com o presente Plano de Lei, pretendemos prestar justa homenagem a Darcy Borges da Silveira, homem este que trabalhou para o progresso e o crescimento do município de Lapa.

Natural da Lapa, Estado do Paraná, nascido aos dez dias do mês de janeiro de 1910, local este que morou até o seu falecimento.

Seu trabalho na região destaca-se, ainda, pelo seu elevado espírito de amor e respeito que sempre dedicou às pessoas e coisas da região. Dedicou-se ao comércio e à agropecuária. Foi eleito Vereador do Município, trabalhando ativamente em campanhas para o bem-estar social, bem como em campanhas religiosas e espiritualistas. Participou da diretoria de Clubes de fute-

bol do município.

Com o seu falecimento, ficou o exemplo da honestidade, do trabalho e da luta.

Assim sendo, nada mais justo, que mereça o reconhecimento público estadual àquele que muito contribuiu para o crescimento e desenvolvimento do Município da Lapa.

É o que estamos propondo à consideração dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 293/87  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o "CENTRO CULTURAL ÍTALO-BRASILEIRO DANTE ALIGHIERI", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.10.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

O "CENTRO CULTURAL ÍTALO-BRASILEIRO DANTE ALIGHIERI", devidamente registrado no Cartório competente em 12 de maio de 1950, tendo como objetivos principais proporcionar e incentivar o intercâmbio cultural, entre o Brasil e a Itália, visando estreitar cada vez mais os laços de amizade entre esses dois países, ensinar a língua italiana, divulgar a arte e a literatura; servir de ponto de reunião para estabelecer a convivência entre seus sócios; incentivar todas as iniciativas de caráter artístico, social e recreativo, das quais advenham benefícios.

Assim sendo, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, solicitando a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 294/87  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DO MENOR DE RUA DE PARANAVAÍ, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.10.87.

(a) EDUARDO BAGGIO.

JUSTIFICATIVA:

A documentação que acompanha o presente Plano de Lei, preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6.994, de janeiro de 1978, que regula a matéria de Utilidade

Pública, em nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É lida e aprovada a Ata.

Finda a leitura do Expediente, no Pequeno Expediente consulto o Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira se fará uso da sua inscrição.

DECLINA.

Havendo declinado e não havendo mais oradores inscritos, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Lindolfo Júnior, que dispõe de 30 minutos para proceder à sua oração.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, eu gostaria apenas de um pouco mais de volume no microfone.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Em 1982, na Universidade Estadual de Maringá, onde cursávamos letras e posteriormente ingressamos no curso de Direito, éramos convidados por companheiros de Diretórios Acadêmicos, para que participássemos...

Senhor Presidente, fica difícil concluir, não tenho condições de discursar.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência continua com a palavra.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu preciso Senhor Presidente, de um pouquinho de atenção do Plenário, ou se possível, por favor, um pouquinho mais de respeito para que a gente possa falar da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência inquiri a Mesa da falta de respeito da Presidência, ou dos Senhores Deputados?

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu gostaria apenas de um pouco de silêncio, Senhor Presidente, para que eu pudesse discursar, já que temos delegações do interior que vêm à Assembléia quando regressam às suas origens; sentem-se envergonhados, muitas vezes, do episódio e daquilo que assistem nesta Casa. Gostaria que, por favor, sei que alguns não se interessam por nos ouvir, mas que por favor tivessem e fosse um pouco complacentes, porque toda a vez que há um orador na tribuna, e nós estamos na 2ª Secretaria, na Mesa, estamos em plenário, acompanhando o discurso deste Orador.

E muitas vezes, quando olhamos numa nota taquigráfica, vemos um pronunciamento às vezes vazio, porque nos dispersamos muitas vezes por causa do barulho.

Desculpem Senhores Parlamentares, é apenas um desabafo.

E nos bancos escolares, dizia eu, Se-

nhor Presidente, nos movimentos estudantis, o jovem buscando não somente cumprir com suas obrigações, mas pedindo acima de tudo respeito dos homens que dirigem esta Nação, para com os seus direitos.

E ainda em 1982, em Maringá, éramos convidados, por um grupo, para sermos candidato a Vereador. Aceitamos, porque entendíamos naquele momento que estávamos preparados para assumir uma cadeira na Câmara Municipal de Maringá. Decorridos quatro anos, concorremos e depois de muitas decepções, a uma cadeira nesta Augusta Casa de Leis, na caixa de ressonância do Estado do Paraná, que é a Assembléia Legislativa, onde aqui, todos nós, representantes de nossas regiões, de diversos pontos do Estado, debatemos, conversamos, dialogamos, criticamos, sugerimos, votamos matéria de interesse da nossa comunidade.

E quando chegamos na Assembléia Legislativa, fomos, sim, concorrer a um cargo na Mesa Executiva e como um dos mais jovens Parlamentares deste País fomos escolhidos para, em nome das Oposições, representar e bem gerir a "coisa pública", o dinheiro que é recolhido com tanto sacrifício por parte da população, e aqui, para administrarmos não só o nosso mandato, as reivindicações da nossa base eleitoral, porque concentramos toda a nossa campanha na Região de Maringá, por brigarmos, por exigirmos e por acharmos de suma e tamanha importância, o voto distrital, para que "para-quedistas" não invadam outras Regiões, em detrimento dos candidatos dos municípios daquela Região.

Hoje chegamos na Assembléia Legislativa, e aqui manifestamos, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, o nosso descontentamento. E por que não?! Porque a responsabilidade, é muito grande, porque os Parlamentares que aqui estão, desde o Deputado Luiz Carlos Alborghetti ungido pelo voto popular, querido pelo Estado do Paraná, e mais votado Deputado Estadual, até o que conquistou o menor número de votos, todos nós temos direitos iguais e responsabilidades idênticas, de bem representar a nossa Região, o nosso Município. Mas é preciso, Senhores Deputados, que esta Assembléia se levante, erga a sua voz contra os descabimentos, não, existentes no nosso Estado, porque sabemos que o Governador Álvaro Dias vem fazendo o possível, porque conhecemos a família do nosso Governador, que é de Maringá e muito nos honra; Maringá, a "Cidade-Canção" não desafina, Senhores Deputados!

Temos a certeza que, na medida do possível, com os poucos recursos do nosso Estado - que deveriam até ser maiores - o Governador tem feito o que pode!

Quando nos desencatamos, por um lado, no último fim-de-semana acompanhando o Go-

vernador ao lado do Secretário Odeni Villaca Mongruel, ao lado do Secretário Rubens Bueno, homem desta Casa e emprestado ao Governo do Estado para trabalhar pela nossa gente, quando ao lado do Secretário Edson Gradia, do Deputado Antônio Bárbara, do Deputado Ferrari Júnior, do Deputado José Alves, do Deputado Basílio Zanusso, em São Jorge do Ivaí, lá, todos nós, Parlamentares, pudemos sentir no entusiasmo do povo, na energia do povo, nos aplausos em todos os municípios porque passamos, a popularidade e o carinho do povo do Paraná para com o Governador Álvaro Dias. Mas isso não acontece a nível Federal.

Concedo aparte ao nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, com muito prazer.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Ilustres Deputados, eu sou da seguinte opinião, estou acompanhando atentamente seu pronunciamento nesta tarde e faço agora da seguinte maneira o aparte, esta Casa é formada por Deputados do PT, do PDT, do Partido da Frente Liberal, pelo qual Vossa Excelência se elegeu, agora está no Partido Trabalhista Brasileiro, por Deputados do PTB, por Deputados do Partido Liberal e por Deputados do PMDB.

Eu tenho uma concepção que é o seguinte, tentando acompanhar o raciocínio do seu pronunciamento: que todos os Deputados que aqui estão, e que se encontram nesta Casa, vieram para cá com o voto democrático do povo do Paraná. Se o Deputado do PT aqui está é porque o povo votou nele, se os Deputados do Partido da Frente Liberal aqui estão, é porque o povo acreditou nesses Deputados, tanto do PDT como do PMDB.

Então eu acho que o problema da Constituinte que Vossa Excelência vai começar a falar agora, estou começando a sentir o posicionamento, é o mesmo posicionamento que eu tenho, quanto ao problema de "para-quedismo" que o Senhor diz de um Deputado buscar voto na área de outro, eu acho que Vossa Excelência não tem que se preocupar com isso porque Vossa Excelência foi o Deputado mais votado de Maringá. E sendo Vossa Excelência o Deputado mais votado de Maringá, Vossa Excelência mostrou à Maringá brilhantes serviços como Vereador, como homem de imprensa e está mostrando como Deputado. Eu me orgulharia de saber que Vossa Excelência, se, nas próximas eleições fizer uma grande votação na minha Cidade. Eu ficaria orgulhoso se o Deputado Caíto Quintana, o Deputado Pedro Tonelli, o Deputado Nelson Vasconcellos, o Deputado Algaci Túlio, o Deputado Dirceu Manfrinato, também o Deputado Anibal Khury, o Deputado Antônio Annibelli, fizessem também votos na minha cidade, eu me orgulharia, porque o povo vai votar não é no partido político, o povo vota em polí-

ticos que tenham vergonha na cara, que não sejam cafajestes, canalhas, enganadores, demagogos, palhaços que só vêm para enganar o povo. Então eu estou tranqüilo e tenho certeza que Vossa Excelência também está tranqüilo, e que todos os Deputados que estão nesta Casa estão com o dever e com a consciência tranqüila porque nós estamos aqui trabalhando. Agora, quanto à Constituinte, depois que o Ministro Raphael de Almeida Magalhães disse que os nossos Deputados do Paraná são batedores de carteira realmente eu não posso admitir isso, quero que todos os Deputados do Paraná façam como eu fiz e emitam um voto de repúdio, porque nós temos brilhantes Deputados Federais no Paraná, tanto do PTB, como do PDT, no PT, no PMDB. Os Deputados Federais do Paraná são honrados, são homens de vergonha na cara, se foram eleitos é porque prestaram trabalho à família paranaense.

Muito obrigado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Gostaria inclusive Deputado Luiz Carlos Alborghetti de associar-me ao repúdio que Vossa Excelência tão bem, de forma oportuna, registrou ao Ministro, ou ex-Ministro.

Ouçõ Vossa Excelência Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência. Se voltarmos ao passado quando Vossa Excelência recepcionava o Governador Álvaro Dias no Aeroporto Gastão Vidigal na Cidade de Maringá, e Vossa Excelência nesta mesma tribuna disse hoje, que o Governador Álvaro Dias foi aplaudido pela população de Maringá. Na última vez que Vossa Excelência participou da viagem com o Governador à Maringá, Vossa Excelência não se pronunciou assim, Vossa Excelência disse que o Governador Álvaro Dias havia sido vaiado na Cidade de Maringá.

Veja, ilustre Deputado, de que as medidas precipitadas, por pessoas incoerentes, pessoas que não têm profundo conhecimento, trazem grandes prejuízos ao Município e ao Estado, mas felizmente, talvez, pelo grande trabalho desenvolvido pelo Governador Álvaro Dias, pela sua grande preocupação, não só pelo Paraná, mas também pela Cidade que Vossa Excelência representa como Deputado neste Parlamento, entendeu e reconheceu de que o Governador Álvaro Dias é realmente um Governador sério, é um Governador que merece a credibilidade do povo do Paraná e aqueles que o vaiaram no passado, hoje se curvaram perante o Governador que está levando a seriedade ao seu Estado.

Eu me sinto neste instante, gratificado, também, porque além de pertencer ao

PMDB do Paraná e representando, como vice-Líder do Governo neste Parlamento, e sinto-me gratificado de ouvir de Vossa Excelência que o Governador Álvaro Dias foi aplaudido na Cidade de Maringá e tenho conhecimento, ilustre Deputado, de quantos e quantos recursos estão sendo injetados na "Cidade-Canção".

Muito obrigado, pelo aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Só para complementar, Deputado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Pois não, Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - O Governador está enviando recursos a Cidade de Maringá, à Sarandi, na ordem de mais Cz\$ 270 milhões de cruzados para ajudar o Município em que Vossa Excelência muito bem representa nesta Casa.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu agradeço e concluo...

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência me permite um aparte? Assentimento.

Deputado Lindolfo Júnior, estamos acompanhando atentamente também o seu pronunciamento e com o aparte feito pelo Deputado Dirceu Manfrinato, nos causa, agora, uma preocupação, em saber afinal de contas, se o Governador foi aplaudido ou foi vaiado em Maringá?

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Era exatamente isso que eu ia dizer, Deputado Algaci Túlio, manifestei tempos atrás a minha preocupação, quando da abertura dos jogos e nós temos uma responsabilidade muito grande, porque já apoiamos o Governador Álvaro Dias, contra toda a "frentona", estivemos ao lado do homem que é da nossa terra e naquela oportunidade, falava eu nesta mesma tribuna, da minha preocupação e indagava até alguns dos Senhores Parlamentares, o que teria havido em Maringá naquela ocasião, para que o Governador pudesse ser vaiado. E nós conseguimos detectar, Deputado Dirceu Manfrinato. Deputado Algaci Túlio, era um problema envolvendo a comunidade universitária de Maringá a comunidade universitária de todo o Estado, dos professores que queriam receber uma maior valorização do Governador Álvaro Dias. Mas naquele momento ele saneando as finanças do Estado, promovendo a reforma administrativa e não podia conceder aquele aumento. E foi vaiado, sim senhor. Mas neste exato momento, Senhores Deputados, o Ministério do Trabalho está julgando o dissídio da Universidade Estadual de Maringá - de professores e funcionários - e,

na última quinta-feira, conversando com o Governador Álvaro Dias, ele nos dizia que não pedirá ao Supremo Tribunal uma decisão ulterior.

E o Governador Álvaro Dias na última quinta-feira me dizia: que o que for decidido hoje no Ministério do Trabalho, com relação aos professores e funcionários da Universidade de Maringá, ele acatará. E não haverá recurso ao Supremo. Levei esta informação no último fim de semana a Maringá. Conversei com a classe universitária, com os universitários, com os alunos, que promoveram até uma passeata, porque sabem que se houver uma paralisação de apenas uma semana, nós perderemos este semestre. E nós não queremos isto. E é por isso mesmo que o Governador Álvaro Dias, dizendo que vai acatar a decisão da autoridade maior, que representa e decide o salário dos servidores das universidades estaduais, foi aplaudido, sim senhor, ovacionado e quase carregado, não pela valorização somente aos universitários e aos professores deste Estado, mas pela classe trabalhadora, pelos agricultores, pelo Projeto de estradas vicinais que vem fazendo o Governo do Estado do Paraná, pelo novo conjunto habitacional entregue em cada uma daquelas cidades; pelas 4 mil casas populares que serão construídas em Maringá.

Sim, houve um momento de antecipação por parte da classe universitária. Mas hoje, eles entendem que devem aplaudir democraticamente o Governador Álvaro Dias. E ele aceita as vaias quando merecer e ele aceitará os aplausos também, com energia para que continue a trabalhar.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Gostaria Deputado, que talvez Vossa Excelência entendesse a colocação que fiz, que a própria postura de Vossa Excelência hoje nessa tribuna ela inverte a postura anterior.

Vossa Excelência afirmou há poucos instantes de que o Governador Álvaro Dias foi vaiado em Maringá mas que na verdade era impossível atender às reivindicações da época uma vez que estava sendo feita a reforma administrativa no Paraná. Mas eu iria muito mais além, não era só com relação à reforma administrativa. Vossa Excelência sabe perfeitamente que o Governador Álvaro Dias estava calcado no orçamento anterior e que o seu orçamento está sendo apreciado por este Poder Legislativo para 1988. Agora, o que eu cobro de Vossa Excelência, Ilustre Deputado, que quando houve esse episódio em Maringá, Vossa Excelência não usou da tribuna para dizer que o Governador não tinha às condições em razão do que Vossa Excelência diz

hoje. Vossa Excelência está tendo uma postura no presente que não houve no passado. Nós estamos apenas cobrando isso, porque nós entendemos que a posição política, eu pelo menos entendo isso - de que nós temos que ter a postura em defesa das horas difíceis, e nas horas em que existem os méritos de trabalho isto tem que ser reconhecido, ilustre Deputado.

Então, Vossa Excelência pecou quando pronunciou neste Poder Legislativo, com relação a visita do Governador na época a Maringá, ao não vir à tribuna e defender a posição com base na Reforma Administrativa e do Orçamento. Então, nesse ponto eu confesso que Vossa Excelência deveria defender o Governador como está defendendo hoje.

Muito obrigado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Nós temos uma tribuna, Nobre Deputado Dirceu Manfrinato, para concordarmos com os acertos, e às medidas acertadas, aliás, e para criticarmos um desmando, um erro administrativo, a malversação do dinheiro público. E temos também nesta tribuna obrigação de alertar os nobres Deputados, Deputados que não estavam conosco naquele dia; e nós não fizemos uma crítica ao governador. Se Vossa Excelência entendeu desta forma, gostaria de dizer que Vossa Excelência interpretou mal: eu disse que eu não consegui entender por que o Governador havia sido vaiado em Maringá.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Nos Anais está gravado, ilustre Deputado, o pronunciamento de Vossa Excelência. Não sou eu, as gravações estão aí, registrado nos Anais deste Poder Legislativo quando Vossa Excelência criticou.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Faço questão de ouvir as gravações e faço questão também de analisar as notas taquigráficas.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência pode requerer à Mesa o seu pronunciamento e que nós vamos provar aos Senhores Deputados de que Vossa Excelência criticou. E ainda lembro-me muito bem ilustre Deputado - que eu cobrei dos ilustres Deputados de Maringá, Deputado Ferrari Júnior e Deputado Antônio Bárbara, quando deveriam interpelar Vossa Excelência e não permitir as críticas que Vossa Excelência estava fazendo ao Governador Álvaro Dias.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Hoje a população e a nova geração que aí está não admite mais o radicalismo. Estamos vivendo um novo tempo, a Oposição "festiva" já era, a Oposição de "boutique" já era.

Eu entendo que é preciso haver coerên-



cia. Eu discordo de Vossa Excelência, Deputado Dirceu Manfrinato, porque fiz um alerta e comuniquei à Assembléia o que havia acontecido...

(neste momento é cortado o som por ter esgotado o tempo do Orador).

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu acho que é em função exatamente do problema do som que eu queria alertar a Mesa que o deputado está na espera se terá 30 segundos para completar, ou o seu tempo já está esgotado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência tem 1 minuto para a conclusão do seu discurso.

O Sr. Algaci Túlio - Permite um aparte, Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Por favor, seja breve, Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Serei breve, Deputado, para dizer da mesma forma que disse o Deputado Dirceu Manfrinato que nós também somos testemunhos de que Vossa Excelência subiu a esta tribuna numa tarde onde Vossa Excelência se mostrava entusiasmado, eufórico e vinha realmente fazer críticas e dizer que o Governador havia sido vaiado em Maringá. Nós também somos testemunhas e acho que os Anais da Casa podem ser revistos para comprovar isso.

O SR. LINDOLFO JÚNIO - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e faço questão inclusive de inseri-lo no meu pronunciamento que posteriormente será distribuído aos eleitores da nossa região. Se houve ou não críticas, Senhor Presidente, algo foi conquistado, aquilo que tanto nos debatemos: o ensino público e gratuito nas Universidades, uma maior valorização do professorado, dos funcionários. Enfim, estas garantias foram conquistadas. E nós só temos a agradecer, porque somente o Governador Álvaro Dias poderia atender a nossa reivindicação...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência poderá usar o horário das Lideranças.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra à representação do PTB, no Horário das Lideranças.

DECLINA.

Tendo declinado, concedo a palavra à representação do PT.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado

Pedro Tonelli.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita às pessoas estranhas do plenário que se retirem do mesmo.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras colegas Parlamentares, demais presentes e ouvintes desta sessão. Creio eu de muita importância para o povo paranaense, porque este é o objetivo pelo qual existe o Poder Legislativo no Paraná e no Brasil.

Desde que assumimos a Bancada petista aqui na Assembléia Legislativa, sempre defendemos a democracia interna, a igualdade de condições entre todas as forças políticas que compõem esta Casa de Leis, bem como a democracia interna e igualdade para todos os Parlamentares que para cá foram eleitos.

Gostaria de chamar a atenção de todos os que compõem esta Casa de Leis. Aliás, não é a primeira vez que faço, pela distinção e pela discriminação que certos partidos e certos Deputados têm nesta Casa. Quero denunciar que no dia de ontem, mais uma vez, o Partido dos Trabalhadores, com representação nesta Casa, se sentiu discriminado, quando apresentou algumas emendas a dois projetos polêmicos constantes da Ordem do Dia. Quando apresentamos emenda criando Varas ou estatizando, oficializando Cartórios. Recebemos a resposta de que isto não era de competência nossa, pois estava aumentando despesa e foi alegada inconstitucionalidade. E gostaríamos de indagar com referência à emenda do Deputado Caíto Quintana, Líder do PMDB nesta Casa, que estendia o aumento aos funcionários públicos que ganham como piso mais de Cz\$ 100 mil cruzados, será que isto não vai implicar em aumento de despesa, Senhor Presidente, Senhores Deputados?

É de se perguntar o motivo da emenda do Deputado Caíto Quintana ser acatada do por que das emendas do Deputado do PT e das Oposições não serem acatadas.

E no dia de hoje, Senhor Presidente, Senhores Deputados, estou apresentando, ou reapresentando, uma emenda que tornam oficiais os cartórios criados e os que se tornarem vagos. Isto não incide em aumento de despesas. Isto não é inconstitucional. Isto é muito bom para o Estado do Paraná que vive oficializando a ladroeira, a picaretagem, criando loterias, criando falsas expectativas na cabeça da população brasileira e na população paranaense, sob a alegação que ele tem que arrecadar recursos para prestar serviço social.

Vamos oficializar os cartórios que nada mais servem do que para reconhecer pessoas, bens, assinaturas e que em cima disso, muitos deles, com exceção é lógico,



daqueles que estão no interior, que são inviáveis, estão enchendo o bolso, privilegiando meia dúzia que não merecem. É só nós compararmos a arrecadação do cartório Armando Falcão, no Rio de Janeiro e vamos ver que a sua arrecadação é maior do que o orçamento de Curitiba. Se fôssemos tomar 3, 4 cartórios aqui de Curitiba, veremos que eles arrecadam muito mais do que muitos municípios importantes do Estado do Paraná. Isso é injusto. Por isso é que nós estamos propondo e colocando à apreciação de todos os Senhores, pelo bem do Estado do Paraná da sociedade paranaense, que os cartórios que forem criados e os que se tornarem vagos seja oficializados. Aí sim, Senhor Presidente e Senhores Deputados, estarei afirmando com toda a coragem e de cara limpa, que esta Casa de Leis realmente está interessada em defender o interesse do povo do Paraná.

Concedo aparte ao Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Queria cumprimentá-lo

Deputado Pedro Tonelli por este seu pronunciamento que, inclusive, está todo cheio de razão. E foi por este motivo que coloquei a minha assinatura na sua emenda, porque é chegado o momento, é chegada a hora de se acabar com o apadrinhamento e com outras coisas mais que acontecem em relação aos cartórios. Não podemos mais admitir tais coisas e esta Assembleia tem a grande responsabilidade de a partir de agora de realmente moralizar a definição de cartórios no Estado do Paraná.

Nestas histórias de cartórios, há muitas interessantes e que o povo mais cedo ou mais tarde, ainda vai conhecer.

Parabéns Deputado.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço a sua afirmação e sua reafirmação, porque já subscreveu essa emenda e que reconhece realmente uma grande necessidade do Estado do Paraná e que a decisão está nas nossas mãos, nesta Casa de Leis. Se nós estivermos conscientes, certamente decidiremos pelo melhor.

Estou também no dia de hoje, Sr. Presidente e Srs. Deputados, encaminhando para apreciação desta nobre Casa de Leis, representante dos interesses do povo do Paraná, em requerimento que se baseia no pronunciamento do Líder da Bancada Governista no dia de ontem, quando reconheceu de que a mensagem governamental não contemplava reajuste de salário, mas simplesmente, legalizava o pagamento dos resíduos.

Com base nessa afirmação, é que estou encaminhando requerimento neste dia, para que se envie expediente ao Sr. Governador do Estado, para que seja encaminhada, imediatamente,

mensagem a esta Assembleia Legislativa dando reajuste de salários, o reajuste tão justificado aqui nesta Casa também.

O próprio José Sarney, que quase ninguém apóia mais, está reconhecendo que os trabalhadores brasileiros merecem reajuste e está dando.

Por que o tão nobre Governo, enaltecido pela Maioria nesta Casa, vai se frustrar e se omitir em reconhecer, em dar imediatamente o reajuste merecido à categoria dos funcionários públicos deste Estado?

Por isso, esperamos a manifestação desta Casa neste dia.

Muito obrigado Sr. Presidente, muito obrigado Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Vasconcellos)

Consulto à Liderança do Partido Democrático Trabalhista se fará uso de seu Horário.

Com a palavra o nobre Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acompanhamos atentamente o pronunciamento do Deputado Lindolfo Júnior, e ficamos um tanto quanto surpresos, quando falou S.Exa. a respeito de Oposição festiva, nesta Casa. Parece-me que a Oposição festiva, talvez existisse até o momento em que o nobre Deputado fazia parte da Oposição desta Casa, quando sentava deste lado do Plenário, e usava desta Tribuna, porque, hoje, até é de se perguntar, se o Deputado Lindolfo Júnior deve usar a tribuna da Oposição, ou a Tribuna da Situação. Como nós somos de uma Oposição responsável, acima de tudo democrática, nós não nos incomodamos de que o Deputado Lindolfo Júnior assuma esta tribuna aqui, porque, na verdade, esta Casa é uma Casa de todos e me parece que até no Regimento Interno não diz que, obrigatoriamente, o Parlamentar deva usar esta ou aquela tribuna, deva sentar deste ou daquele lado. Quero esclarecer ao nobre Deputado Lindolfo Júnior que a Oposição festiva deixou de existir neste Plenário, porque S.Exa. não faz mais parte dela, e que existe, isto sim, uma Oposição, responsável e consciente de seu trabalho, da sua função de fiscalizadora dos atos do Governo do Estado do Paraná.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Concedo o aparte ao nobre Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Nobre Deputado, nós gostaríamos de parabenizá-lo, por sua posição em defesa da Oposição

desta Casa.

Esta Casa que, vem recebendo Oposição há muitos anos, porque é fruto da democracia, não poderia, de forma alguma ser atacada da maneira como aconteceu hoje. Eu creio que o Deputado Lindolfo Júnior não quis mencionar os 13 Deputados da Oposição, que militam, hoje, nesta Casa, e sim talvez uma Oposição de outros Parlamentares, da qual ele pretende fazer parte.

É bem verdade que nós fomos eleitos por uma parte, por uma parcela dos eleitores do Paraná, temos a obrigação, o compromisso com os nossos eleitores de fazer uma Oposição. E V.Exa. lembra muito bem do nosso pronunciamento, estreando na tribuna desta Casa, quando dissemos que iríamos fazer uma Oposição construtiva. E é isso que vemos, realmente, da parte dos 13 Deputados que compõe hoje a Oposição, isto é menos até de 1/3, mas estamos felizes com tal situação.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Obrigado, Deputado Valderi Mendes Vilela, e além do que devo dizer que esta Oposição é tão responsável e se quisesse agir, conforme diz o Regimento da Casa, dificilmente nós teríamos mais que uma sessão por semana, aqui, porque ela deve ser iniciada com um mínimo de 15 Parlamentares, e é muito difícil que isso aconteça.

Mas, eu queria, nesta minha subida à tribuna da Oposição responsável, dizer que hoje, dia 27 de outubro é o "Dia do Aposentado" do Paraná, instituído em 1985, com o propósito de assinalar o júbilo àquele que contribuiu ao longo dos anos mais produtivos da sua vida para a construção da nacionalidade.

A data, no entanto, não é festiva para os 800 mil aposentados e pensionistas do Estado do Paraná, atingidos pelos reflexos da política econômica, que arrasa o poder aquisitivo de todos de modo mais intenso e injusto a esta parcela da população, cujos proventos não são medidos nem pelo piso salarial nacional e nem pelo salário-mínimo de referência, mas por uma moeda ainda mais aviltada, com cheiro de miséria e sabor de esmola chamada salário benefício, fração de moeda. (Lê):

"Que desrespeita e deprime aquele trabalhador que contribuiu compulsoriamente ao longo de 30, 35 e mais anos, para construir o direito de sobreviver com dignidade quando o peso dos anos o afastasse da bancada de trabalho, do balcão da loja, da escrivaninha dos escritórios ou dos instrumentos de lavrar a terra.

Salário de benefício: injusta paga a quem deixou ao longo do tempo nos cofres da Previdência o seu salário de contribuição, este sim, no exato valor da paga que recebia na folha de pagamentos mensais.

Salário de benefício que é reajustado sempre em níveis inferiores aos que o próprio Governo utiliza para reajustar as tarifas dos serviços que presta à comunidade (a água, por exemplo, em 15 meses aumentou 700%; o combustível e a energia elétrica em mais de 500%, enquanto que as aposentadorias e pensões mal chegaram aos 135%).

De cabelos embranquecidos, corpo e membros estropiados e saúde abalada na batalha da produção, os aposentados - por tempo de serviço, por idade ou por invalidez - manifestam o seu protesto pelo pouco caso que se vota às questões sociais que ferem, amargamente, aos que se alinham nos dois extremos da sociedade: as crianças e os velhos.

Manifestam a sua preocupação pelo des-caso crescente no trato das questões de segurança e higiene do trabalho, que fazem aumentar, todos os anos, o contingente das aposentadorias por invalidez, consequência de acidentes, insalubridade e penosidade permanentes, encurtando a vida de milhares de brasileiros.

Manifestam seu protesto diante da discriminação ao trabalhador da terra que, após mais de meio século de lavrar e sofrer, é "premido" com uma aposentadoria de meio-salário-mínimo, como se ele fosse apenas meio-cidadão.

Protestam diante da injustiça que atinge a viúva pensionista e seus filhos menores, pela redução drástica de sua capacidade de sobreviver ao desaparecimento do esposo e pai. O amesquinamento dos proventos decreta-lhe a vizinhança da miséria e da fome, quando apenas um prato é que saiu de sua mesa.

Protestam contra a transferência dos recursos da Previdência para o custeio de serviços de saúde estaduais e municipais, sem qualquer garantia de suas medidas preventivas e curativas, hoje profundamente degradadas e amanhã ainda mais definhadas porque os convênios já assinados em vigor, não informam sobre qual será a importância que o Estado e os Municípios envolverão nos programas do SUDS. O que é certo, é que os 7 mil servidores do Estado e os 5 mil servidores do INAMPS no Paraná, serão pagos pelo Fundo Nacional da Previdência.

Protestam contra a demora de 12 ou mais meses, para que o trabalhador rural possa iniciar o recebimento dos seus "benefícios", de Cz\$ 1.200,00.

Não querem o turbante do "marajá" de mãos enlameadas pela manipulação oportunista e pela corrupção, porque querem honrar as suas mãos calejadas no trabalho honesto de toda a sua vida.

Não aceitam ser tratados como "dependentes" do Estado e "encargos dos cofres públicos", como equivocadamente se pretende induzir, porque entendem que são legítimos.

timos titulares do direito de receber pelo que, efetivamente contribuíram. Não desejam um só centavo que não lhes pertença, mas, não aceitam ser tratados como esmoleiros de mãos estendidas às benesses do Governo.

Querem voltar à esperança de nos seus últimos dias, ver seus filhos e netos recuperarem a capacidade de uma manutenção de vida condigna, com estabilidade no emprego, com uma jornada semanal que não comprometa sua saúde física e mental, com acesso à educação pública e respeitadora das nossas tradições culturais e sociais. Enfim, não pedem privilégios nem favores. Mas pedem apenas o respeito à justiça a que eles merecem. (termina de ler).

É esta a homenagem que o Partido Democrático Trabalhista, o PDT presta nesta data, a esta classe sofrida deste País, porque um dia também todos nós seremos os aposentados, os aposentados do salário da miséria!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Consulto a Liderança do PFL se deseja fazer uso do Horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Sr. Rafael Greca - V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Basílio Zanusso, este aparte é só para, antes de ouvirmos as suas sempre bem ponderadas colocações, nós questionarmos a consciência política do Paraná:

Por que é que o Governador Álvaro Dias fica convidando as pessoas para entrarem no PTB, que não é o seu Partido, ao invés de convidá-las a entrarem no PMDB, que é o seu Partido?

É como, se eu, falando no seu Horário da Liderança, ou, pior do que isso, como em eu dando uma festa em minha casa, mas fazendo distribuir aos Srs. Deputados do PMDB, o endereço da Casa do Deputado Anibal Khury, pois sabemos que lá há generoso café da manhã, no entanto, não seria a mesma coisa irem à minha casa, ou tencionarem ir a minha casa e acabarem hóspedes de D. Niva, na casa do Deputado Anibal Khury!

De maneira que eu entendo o pronunciamento do Deputado Lindolfo Júnior, do PTB, esta tarde, aqui na Assembléia, e as deblaterações que surgiram da briosa Bancada do PMDB, como o provocador da minha parte, Líder do PDT agora - vou amanhã a Londrina para assumir a Liderança e lançar a candidatura do Deputado Antônio Belinati

àquela Prefeitura. Aproveito para justificar à Casa, a minha falta na sessão de amanhã - bem como manifestar nesta ocasião a solidariedade aos briosos Deputados do PMDB, que de repente têm, agora, um concorrente, um Partido concorrente, nos salões do Palácio Iguazu!

Parece que as peripécias de ótica de Leonardo da Vinci com aqueles jogos de espelhos que estão expostos nos saguões do Palácio Iguazu, acabaram provocando no Governador Álvaro Dias, a tentativa da duplicidade em identidade partidária!

Era isto.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Deputado Rafael Greca, quero agradecer as palavras de V.Exa.

A pergunta também é minha, quanto à organização do PTB no Paraná, influenciada ou dirigida pelo Governador Álvaro Dias, cuja resposta certamente caberá a Sua Excelência, o Governador.

Mas a minha presença aqui, Srs. Deputados Sras. Deputadas, quando o Deputado Domingos Scarpellini, ontem, nas Explicações Pessoais, iniciou o seu discurso referindo-se ao episódio de Apucarana, quando a Prefeitura daquela cidade foi invadida, ou tomada, ou assaltada por militares sediados naquele Município liderados por um Capitão cujo nome não me ocorre neste instante, episódio em que o Deputado Domingos Scarpellini contou com a minha manifestação irrestrita de solidariedade quando de sua primeira presença na tribuna.

Mas o Deputado Domingos Scarpellini, depois do episódio do capitão, passou a tecer considerações acerca deste Deputado, fazendo referências à minha passagem na 1.ª Secretaria desta Casa, tachando-me como um carrasco dos funcionários públicos. Certamente eu posso haver cometido, Deputado Domingos Scarpellini, alguma falha na administração da 1.ª Secretaria, mas eu tenho certeza que eu honrei esta Casa e aqueles que em mim votaram porque eu zelei pelo Poder Legislativo, por sua dignidade, por tudo que foi seu e que é seu. Depois o Deputado Domingos Scarpellini censurou a minha presença no município de São Jorge do Ivaí, quando na mesma oportunidade encontrava-se o Governador Álvaro Dias e os Deputados Ferrari Júnior, Lindolfo Júnior, José Alves, Antônio Bárbara, além de outras autoridades para a inauguração do Ginásio de Esportes daquela cidade, aliás, uma obra digna de todo elogio, Sr. Presidente. Se foi construída somente com os recursos municipais até não vem ao caso. Mas o Governador do Estado lá esteve a convite do Prefeito Municipal Idulian Zago, e eu na mesma condição de convidado do Sr. Prefeito, sou companheiro político e

Deputado daquele Município ao lado de Ferrari Júnior, e agora, na eleição mais recente, com o Deputado 2º Secretário da Casa. Tenho, portanto, relações jurídicas e de amizade com São Jorge do Ivaí desde 1974. Eu lá estive também na mesma condição que lá esteve o Sr. Governador do Estado, convidado também pessoalmente, com insistência, pelo Prefeito Municipal. Em nenhum momento, Deputado Domingos Scarpellini, eu me aproximei de S.Exa. o Governador para tirar fotografia com ele, não só porque nós somos de partidos políticos diferentes; primeiro, porque nós não estamos em campanha política e eu não preciso estar ao lado do Sr. Álvaro Dias para me promover eleitoralmente, tenho um mandato tanto quanto o dele, que não tem um ano ainda de fluência. E também conheço perfeitamente a minha posição política e a do Sr. Governador do Estado. E pode estar certo Deputado Domingos Scarpellini que quando eu estive lá em nenhum instante eu pensei tirar fotografias com o Sr. Álvaro Dias porque eu já tenho mais de 50 anos de idade.

Portanto não só ficou aí, o Deputado Domingos Scarpellini também fez referência ao funcionário acusado de corrupção da PROMOPAR, que este Deputado os teria defendido. Esta Casa tem nos Anais o meu discurso, ou os meus pronunciamentos acerca do assunto. Eu nunca disse nada em defesa dos acusados da PROMOPAR, mesmo porque não são do meu Partido, todos cabos eleitorais do PMDB, porque foram nomeados todos pelo Governo José Richa. Eu só disse que eles também tinham direito de defesa.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior). Esta Presidência informa a V.Exa. que seu tempo esgotou-se e tem mais um minuto para encerrar.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Muito obrigado!

E que a justiça haveria de vingar porque nós confiamos na justiça. Quem chama de corrupto aqueles funcionários é o Governo Álvaro Dias, e repito, não cabe a este Deputado defendê-lo, porque pertence ao partido do Senhor Governador e também falou o Deputado Domingos Scarpellini, que as dificuldades hoje todas encontradas no Governo do Estado, não em função do passado, da má gerência administrativa, o ex-Governador era o Senhor José Richa, do seu partido, que foi inclusive incompetente (é retirado o som).

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Esgotado o tempo de V. Exa., consultamos o PDS se fará uso do seu tempo. (Declina).

Consultamos o PL se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Sr. Deputado Ezequias

Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Votada pela Assembléia Nacional Constituinte a questão relativa à competência da União, dos Estados e dos Municípios, verificamos vitoriosa a tese esposada pela União Parlamentar Interestadual, no que diz respeito a uma condição, realmente constituinte da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, num caráter mais ampliado, do que aquela que foi em outras oportunidades conferida aos Estados Federados.

E quero nesta tarde, de uma maneira especial, enfatizar a Emenda Aditiva, que foi aprovada em relação ao Artigo 22, que trata sobre as competências privativas da União, em termos legislativos.

A Emenda Aditiva, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estabelece que o Congresso Nacional poderá, com a sanção do Presidente da República, através de Lei Complementar, permitir aos Estados Federados a adoção de medidas que visem dar condições de aplicação de normas consideradas importantes, em determinados aspectos, por parte das Assembléias Legislativas.

Desta maneira, poderá ser outorgada à uma Assembléia Legislativa definir questões relativas à ocupação de terras ou à tramitação de processos, enfim, sobre todos os assuntos que até agora eram privativos da União e devo registrar, com muita alegria inclusive, o reconhecimento de um trabalho que foi iniciado no Estado do Paraná, que foi a criação do Juizado de Pequenas Causas.

Essa idéia hoje está sendo adotada em, praticamente, todos os Estados do Brasil, inclusive em termos federais também. Desta maneira, fica aberto o caminho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para a criatividade por parte do legislador estadual também, e as Assembléias poderão até reivindicar à União, a delegação de poderes que estão definidos, que estão alinhados no artigo 21. Considero esta decisão uma decisão histórica de grande relevância, pois veio alterar profundamente tudo aquilo que estava sendo cogitado a respeito da matéria. Quero, portanto, desta tribuna congratular-me com o autor desta Emenda Aditiva, o Senador Fernando Henrique Cardoso.

Ao mesmo tempo, o Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero ressaltar desta tribuna, o magnífico trabalho de apoio à União Parlamentar Interestadual em suas teses que foi desenvolvido pelo Senador paranaense José Richa. Testemunhei pessoalmente a dedicação, o grande altruísmo deste ilustre representante do Estado do Paraná e confesso Senhores Deputados, que me senti orgulhoso de vê-lo como represen-

tante do Estado do Paraná, deixando de lado aspectos partidários, mas vendo o interesse do homem, do legislador, do representante, com sensibilidade para reconhecer a importância das Assembléias Legislativas no contexto atual. E faço votos que esses poderes que estão sendo delegados às Assembléias Legislativas, as conquistas, as vitórias que foram proporcionadas, possam servir de estímulo para que nos dediquemos profundamente à análise dessas questões e possamos encontrar os melhores caminhos para o bem do povo paranaense.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Con-sulto a Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo. Concedo a palavra ao Líder do PMDB, Sr. Deputado Caíto Quintana. O

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Inicialmente eu gostaria de esclarecer algumas colocações feitas pelo eminente Deputado Pedro Tonelli quando indagava no seu pronunciamento porque apenas uma Emenda de minha autoria foi aprovada, querendo colocar que isso seja privilégio.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares e principalmente Deputado Pedro Tonelli. Por duas vezes procurei justificar nesta Casa que a nossa emenda não aumenta vencimentos, não aumenta despesas: restitui um princípio, no projeto de lei, de respeito a direitos pessoais, individuais dos trabalhadores.

Por que afirmo isso? Porque a nossa emenda, pura e simplesmente, exclui para o teto máximo de vencimentos os direitos decorrentes do tempo de serviço. Acho que isso, mais do que tudo, como a contagem do salário-família, a contagem de hora extra, o tempo de serviço, o direito a quinquênios, são direitos inalienáveis do trabalhador garantidos por leis anteriores e conquistas pessoais de cada trabalhador. E se falamos na defesa do trabalhador, precisamos garantir os seus direitos, de modo que não estamos criando um fato novo, estamos apenas colocando até um princípio constitucional para podermos garantir esses direitos de algo que é próprio do trabalhador.

Em segundo lugar, quando Vossa Excelência cita as suas emendas no Projeto de Reforma do Judiciário, eu queria daqui, nobre Deputado Pedro Tonelli, em virtude talvez até da sua assessoria não tê-lo ajudado nas Emendas propostas por Vossa Excelência, dizer que as Emendas não recebidas pela Mesa no dia de ontem não o foram com base no argumento do princípio da inconstitucionalidade do aumento de despesa. Elas foram, pura e simplesmente rejeitadas por princípio constitucional, o

que é totalmente diferente. E para refrescar a memória de Vossa Excelência, eu vou ler aqui, com texto na mão, o art. 91 da Constituição do Estado, que diz em toda a sua clareza: "cabe privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a alteração da Organização da Divisão Judiciária, vedadas Emendas estranhas ao objeto da proposta, ou que determine aumento de despesa."

Por essa razão, no dia de ontem foi rejeitada a emenda de Vossa Excelência. Mas, por uma outra razão que sua assessoria também não lhe informou, eu invoco à Mesa o não recebimento da sua emenda no dia de hoje, porque, além desse preceito, existe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa, que proíbe a representação da emenda e proíbe a discussão de assunto vencido. E se não bastasse isso, a Emenda 22 da Constituição do Estado do Paraná, no seu artigo 30, parágrafo único, diz aqui claramente: "as matérias constantes do projeto de lei, rejeitado ou não sancionado, assim como constante da proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderão construir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Assembléia.

Isso vale dizer que a sua própria emenda apresentada no dia de hoje deveria ter, no mínimo, 28 assinaturas de apoio e não tem, razão pela qual eu solicito à Mesa que não aceite a Emenda de Vossa Excelência, até porque a oficialização de cartório não é assunto deste Legislativo. Então, precisamos legislar na nossa própria competência sob pena de desmoralizarmos o próprio conhecimento legislativo desses parlamentares. Da mesma forma, quero colocar aqui aos eminentes Parlamentares que entraram com emendas no Projeto da Divisão Judiciária, de que não temos, pelo artigo 91 da Constituição, possibilidade de emendarmos o projeto. Tenho citado muitas vezes, Srs. Deputados, um exemplo: quando é que há o nascimento de uma vida - na fecundação do óvulo ou quando nove meses depois nasce a criança?

Srs. a vida nasce na fecundação do óvulo. No judiciário, a comarca inicial, intermediária, final, a organização judiciária nasce no instante em que o Conselho de Magistratura reunido, por votação secreta, cria uma comarca ou eleva uma comarca. A Assembléia, pura e simplesmente, é o nascimento da lei. Razão pela qual não nos cabe uma emenda aqui em Plenário, porque ela não foi aprovada no seu nascedouro, que é o Conselho de Magistratura, que analisa situações inerentes ao Estado para a distribuição de justiça.

Então, me escuso com Parlamentares, como o Deputado David Cheriegate, que tem

uma emenda propondo a criação da Comarca de Três Barras. Por essa razão é que tomaremos decisão contrária. Embora, nobre Deputado, conte com esse amigo como um soldado se for necessário para, junto com Vossa Excelência, tentar adquirir no Tribunal, que deve mandar ainda neste ano uma nova mensagem de criação de comarca, para ver a sua solicitação realizada, sob pena de procrastinarmos o projeto que aqui está para andamento.

Mas eu queria neste dia, ressaltar a alegria deste Parlamentar, em ver que vamos para a 3.<sup>a</sup> votação de dois projetos de suma importância na pauta de hoje: uma concedendo o pagamento da variação da URP e o resíduo salarial ao Servidor Público do Estado do Paraná. O que será, sem dúvida alguma, um aumento de aproximadamente 20 por cento na folha de pagamento do servidor público do Paraná como adequação da legislação estadual à legislação federal.

O outro, a criação, o sonho alimentado pelos municípios que trabalham, que progridem, que constroem, que vêem suas cidades florescerem pelo esforço de cada um, na criação de 7 comarcas no Estado do Paraná, a saber: Arapoti, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Ortigueira, Mangueirinha, Campina da Lagoa e Mamborê.

Sou um Deputado do interior, de uma cidade pequena, sei quanto alimenta o sonho da independência no judiciário, sei o que representa para o morador do interior do município, ter que se deslocar até uma comarca distante para pegar uma certidão negativa do registro de imóveis. Sei o que representa para uma testemunha de um processo, fazer 40, 50 quilômetros para chegar no Fórum. Ter pelo artifício da Advocacia, muitas vezes, a sua audiência suspensa e ele volta para casa com a despesa no bolso, por ter sido apenas e simplesmente testemunha de um processo.

Por isto quero parabenizar a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná que, me parece, no dia de hoje votará em 3.<sup>a</sup> Discussão o Projeto da Reforma Judiciária, criando 7 comarcas a mais no Estado do Paraná, na expectativa de que continuemos trabalhando para que mais comarcas cresçam neste Estado, porque esta é a forma de fazer a Justiça ficar mais perto do povo e mais barata para ele; reconhecendo nos pequenos municípios o direito da independência e do desatrelando das comarcas maiores do nosso Estado do Paraná.

Por isto votamos, também em 3.<sup>a</sup> Discussão, o Projeto Governamental que dá ao servidor público do Estado o pagamento do resíduo e da variação da VRP. E gostaria de uma vez mais, para ficar nos Anais...

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) O tempo de Vossa Excelência está esgotado e

esta Mesa concede-lhe um minuto para encerramento.

O SR. CAÍTO QUINTANA - ... para ficar nos Anais, na consciência do servidor público, com a coragem que sempre tivemos, que vamos votar contra o requerimento oportunista do Deputado Pedro Tonelli, pedindo que o Governo mande imediatamente o aumento salarial. Porque se o Deputado ler a "Gazeta do Povo" e nos demais jornais de Curitiba, em primeira página, verá a entrevista do Secretário de Administração, Mário Pereira, dizendo que o Governo está discutindo com as Associações de Servidores Públicos o aumento para mandar a esta Casa.

Então minha gente, este projeto está nascido. Este requerimento nada vai adiantar. Até por respeito à Associação de Servidores Públicos do Paraná, que está alegando uma defasagem salarial de 110%, está negociando com o Governo autoproclamando-se defensor dos trabalhadores públicos, o Deputado Pedro Tonelli, sem falar com ninguém, está propondo 40%. Acho que eles têm o direito de continuar negociando para receber um aumento maior.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à  
ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Leis ns. 267, 268, 222, 247 e 229/87, constantes da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei ns. 267 e 268/87. **Aprovado.**

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Gosta-

ria de registrar a presença neste Plenário, do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, José Lino Bergamin, do Presidente da Câmara Municipal Altair Túlio, dos Vereadores Lair Dal Prá, Carlos Kwiatkowski, do Presidente da Associação Comercial, Remi Bulgarelli, e demais lideranças do Município, como também a presença do Prefeito, Vereadores e lideranças do Município de Catanduvás.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Registram-se as ilustres presenças.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) Senhor Presidente. Tendo o Plenário votado pela ordem das preferências, eu pergunto a Vossa Excelência, à Presidência, qual das duas proposições será votada inicialmente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Senhor Deputado, Projeto de Lei n. 267 em primeiro lugar e Projeto de Lei n. 268 em segundo lugar.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 267/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 86/87), objetivando alterar dispositivos da Lei n. 7.297, de 08 de janeiro de 1980. (Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Com EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em discussão.

Sobre o referido Projeto, Emendas de Plenário em número de 09 (nove), de autoria de diversos Senhores Deputados nos seguintes termos:

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N. 01 AO PROJETO DE LEI N. 267/87

O artigo 4º, do Projeto de Lei n. 267/87, fica acrescido do inciso "X", com a seguinte redação:

"X. Nova Santa Rosa (Comarca de Toledo) da Comarca de Toledo para a Comarca de Marechal Cândido Rondon".

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

Apoiamto: Haroldo Rodrigues Ferreira, Nelson Vasconcellos, Cândido Bastos, José Felinto, Homero Oguido e Djalma de Almeida César.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N. 02 AO PROJETO DE LEI N. 267/87

Inclua-se:

"Artigo 209 - Inciso II. De entrância Intermediária

1) ..... 2) ..... 51) Ubiratã."

Exclua-se:

"Artigo 209, Inciso III. De entrância inicial:

1) ..... 2) ..... 87) Ubiratã."

Sala das Sessões, em 27.10.87.

(a) DAVID CHERIEGATE

Apoiamto: Pedro Tonelli, Basílio Zanusso, Alexandre Ceranto, Antônio Annibelli.

#### EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 03

Acrescente-se aonde couber:

Art. Fica criada a Comarca de Sarandi (Município de Sarandi) desmembrada da Comarca de Marialva).

Sala das Sessões, em 27.10.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA e

FERRARI JÚNIOR

Apoiamto: Anibal Khury, Nelson Vasconcellos, Hermas Brandão.

JUSTIFICATIVA:

A Emenda visa dar melhor atendimento aos municípios do Município de Sarandi, no que tange à prestação jurisdicional.

É dever do Estado prestar aos cidadãos a indispensável segurança e isto só é possível se os meios judiciais garantirem extrema rapidez àqueles que necessitam justiça.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N. 04

Acrescente-se onde couber:

"Art. ... - Fica criado a Comarca de Três Barras do Paraná, compreendendo o Município de Três Barras do Paraná."

Sala das Sessões, em 27.10.87.

(a) DAVID CHERIEGATE

Apoiamto: Basílio Zanusso, Pedro Tonelli, Alexandre Ceranto, Antônio Annibelli.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N. 05

Acrescente-se onde couber:

Art. ... - Ficam criadas as Comarcas de Três Barras do Paraná e Vera Cruz do Oeste, compreendendo os Municípios de mesmo nome.

Sala das Sessões, em 27.10.87.

(a) DAVID CHERIEGATE

Apoiamto: Basílio Zanusso, Pedro Tonelli, Alexandre Ceranto, Antônio Annibelli.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N. 06

Acrescente-se onde couber:

"Art. .... - Os Cartórios de Registros Públicos criados pela presente Lei, os que se encontram atualmente vagos e os que vierem a vagar no decurso do tempo no Estado do Paraná, são oficiais.



Parágrafo Único - O Poder Executivo, em 45 dias, enviará à Assembléia Legislativa, Projeto de Lei regulamentando o presente dispositivo."

Sala das Sessões, em 27.10.87.

(a) PEDRO TONELLI

Apoiamento: Valderi Mendes Vilela, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Antônio Costenaro Neto, João Arruda.

JUSTIFICATIVA:

A reapresentação da presente Emenda constitui-se num recurso à decisão da Mesa Executiva em não acatá-la na sessão anterior.

O argumento utilizado para embasar a decisão, qual seja, a inconstitucionalidade, por contrariar o parágrafo 2º, letra a do artigo 25 da Constituição Estadual, improcede.

A medida proposta não aumenta as despesas previstas, ao contrário, possibilita ao Estado uma nova fonte de receitas, haja visto que, às custas da burocracia empedernida, particulares se enriquecem rapidamente explorando a atividade cartorial.

Além do que, a concessão de cartórios a apadrinhados políticos constitui-se numa prática condenável.

A exemplo do Estado de São Paulo, proponho que progressivamente os Cartórios de Registros Públicos sejam oficializados.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO N. 07

No anexo a que se refere o art. 12 do Projeto de Lei n. 267/87, a delimitação territorial do 3º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava passa a ter a seguinte redação:

"3º Ofício: A circunscrição territorial do 3º Ofício do Registro de Imóveis abrange os distritos de Guará e Guairacá, parte dos distritos de Turvo, Palmeirinha, Entre Rios e Cidade, partindo, no distrito da sede, do cruzamento da Avenida Manoel Ribas com XV de Novembro, no Alto do Ramalho, seguido pela Avenida Manoel Ribas até encontrar o asfalto da BR-277, cruzando esta, passando pela localidade de Palmeirinha (centro) e em continuação, pela sede da localidade de Turvo até encontrar o Rio Bonito ou Pedrinho, descendo por este até a sua foz no Rio Ivaí, subindo por este à confluência do Rio Belo e por este acima até encontrar o Rio Marrecas e por este acima até encontrar o Arroio da Terra Colonizada que nasce na Serra da Esperança e pela Serra da Esperança, dividindo com o Município de Prudentópolis, até as cabeceiras do Rio Irati, seguindo por este abaixo até desaguar no Rio Bananas, descendo este até a Barra do Arroio Jacu e Bugio, subindo este, por uma linha seca, até encontrar a cabeceira do Rio Jerônimo

ou Lageado Grande e por este abaixo até a barra do Rio do Pinho, dividindo com o Município de Inácio Martins, descendo ainda pelo Rio Jerônimo ou Lageado Grande até desaguar no Rio Pinhão e por este abaixo até encontrar a estrada que se dirige ao Município de Pinhão vindo de Guarapuava, e por esta, pela Estrada Estadual, passando pelas Colônias Socorro e Samambaia até a ponte do Rio Jordão e seguindo pela estrada do Boqueirão, até a confluência com a Estrada de Ferro, seguindo por esta até a Avenida do Contorno, seguindo por esta até a confluência com a Rua Saldanha Marinho, seguindo por esta, sempre à direita, até a rua Comendador Norberto, seguindo por esta até encontrar a rua Alcione Bastos, seguindo por esta até a confluência da Avenida Manoel Ribas e seguindo por esta até o ponto de partida."

Sala das Sessões, em 27.10.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Cândido Bastos, Tadeu Lúcio Machado, Anibal Khury e Caíto Quintana.

JUSTIFICATIVA:

A emenda apresentada tem por objetivo corrigir imprecisão material datilográfica do anteprojeto.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N. 08

Inclua-se onde couber:

Art. ... - Na criação de novas Comarcas, seções judiciárias ou Juízos perante os quais deva funcionar agente do Ministério Público, será cumprido o disposto no artigo 3º, da Lei n. 5849, de 25 de setembro de 1968.

Sala das Sessões, em 27.10.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

Apoiamento: Anibal Khury, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Tadeu Lúcio Machado, Luiz Carlos Alborghetti e Nelson Vasconcellos.

JUSTIFICATIVA:

A Emenda ora proposta tem por escopo observar a tradição e legislação que surge o Ministério Público do Paraná.

O objetivo maior é viabilizar à essencial função jurisdicional do Estado, em especial na defesa da ordem jurídica, social e individual indisponível; consoante preceitua o artigo 3º, da referida Lei Complementar.

#### EMENDA CORRETIVA DE PLENÁRIO DE N. 09

I. Corrige imprecisões materiais datilográficas nos seguintes dispositivos que são objeto de alteração pelo art. 1º do Projeto de Lei n. 267/87, mantendo no mais o que não é objeto de correção:

"Art. 51 ...

...

§ 3º. As substituições eventuais do Juiz de Direito Diretor do Fórum serão exercidas pelo Juiz de Direito mais antigo na comarca, independente de designação."

"Art. 207. ...

I. ...

II. ...

III. ...

IV. ...

V. ...

VI. ...

VII. Quatrocentos e noventa e seis Juizes de Paz."

"Art. 210. ...

...

26a. Comarcas de Umuarama, Goioerê e Alto Piquiri.

..."

"Art. 211. ...

...

74. Matelândia: Compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Céu Azul e Vera Cruz do Oeste (Municípios do mesmo nome).

..."

"Art. 249. Nas Comarcas de Campo Largo, Castro, Guaíra, Piraquara e Rio Branco do Sul, a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

...

Parágrafo Único. Haverá nas Comarcas de Campo Largo, Castro, Guaíra, Piraquara e Rio Branco do Sul, com atribuições definidas:

..."

II. Corrige imprecisão material datilográfica no art. 5º do Projeto de Lei n. 267/87, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 5º. Ficam criados 07 cargos de Juiz de Direito de Entrância Inicial, respectivamente, para as Comarcas de Arapoti, Campina da Lagoa, Capitão Leonidas Marques, Catanduvas, Mamborê, Mangueirinha e Ortigueira; 07 cargos de Juiz de Direito de Entrância Intermediária, sendo 01 para a Comarca de Campo Largo, 01 para a Comarca de Castro, 01 para a Comarca de Ibaiti, 02 para a Comarca de Piraquara, 02 para a Comarca de Rio Branco do Sul e 06 cargos de Juiz de Direito de Entrância Final para a Comarca de Curitiba.

Sala das Sessões, em 27.10.87.

(a) CAÍTO QUINTANA.

Apoiamto: Nelson Vasconcellos, Domingos Scarpellini, Tadeu Lúcio Machado, Anibal Khury e Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

As Emendas apresentadas tem por objetivo corrigir imprecisões materiais datilográficas do anteprojeto, correção que se faz necessária para que os diversos dispositivos, tanto os da Lei n. 7.297, de 08

de janeiro de 1980, alteradas pelo art. 1º do Projeto de como os demais que dele fazem parte, encontrem a devida correlação, harmonizando o seu todo.

O teor do Ofício encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, cuja cópia se encontra anexa, reclama e endossa essa providência.

Em discussão o Projeto e as Emendas. Em votação a Emenda n. 04 aprovada em, 2ª Discussão, Emenda corretiva de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão. Aprovada.

A Mesa deixa de receber a emenda de autoria do Deputado Paulino José Delazeri que fere o artigo 91 da Constituição Estadual.

A Mesa deixa também de receber outras emendas. Vamos citar os autores.

Pelo mesmo motivo Emenda do Deputado David Cheriegate, Emenda dos Deputados Ferrari Júnior e Antônio Bárbara, Emenda n. 3. Pelo mesmo motivo, Emenda n. 4 do Deputado David Cheriegate. Pelo mesmo motivo, Emenda n. 5 do mesmo Deputado. Do Senhor Deputado Pedro Tonelli, a Mesa deixa de receber a presente Emenda por considerá-la matéria vencida, conforme artigo 152 do Regimento Interno e Emenda n. 22 da Constituição do Estado no seu artigo 30. Está em votação a Emenda corretiva n. 7, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Eu solicito leitura da emenda.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) O Senhor 1º Secretário fará a leitura da emenda.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Anibal Khury) No anexo a que se refere o Artigo n. 12, do Projeto de Lei 267/87, que se refere a limitação territorial do 3º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava, passa a ter a segunda redação.

A Secretaria consulta o Deputado se quer ver os limites.

O SR. PEDRO TONELLI - Solicito a leitura da Emenda.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Anibal Khury) (Lê a emenda) ... "A circunscrição territorial do 3º Ofício do Registro de Imóveis abrange os Municípios de Guarã e Guairacá, parte dos Distritos de Túlio, Palmeirinha, Entre Rios e cidade no distrito da sede do cruzamento da Avenida Manoel Ribas com XV de Novembro seguido pela Avenida Manoel Ribas, até as cabeceiras do

rio Irati seguindo até desaguar no rio Barrana, descendo até a Barra do Arroio, descendo ainda pelo rio Jerônimo, até desaguar no rio Pinhão e por este abaixo até encontrar a estrada que se dirige ao Município de Pinhão, seguindo por esta até a confluência com a Rua Saldanha Marinho, seguindo por esta sempre à direita até a Rua Comendador Norberto."

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Está em votação a Emenda n. 7. Aprovada.

Está em votação a Emenda modificativa, corretiva n. 8, de autoria do Deputado Domingos Scarpellini.

(Lê a Emenda n. 8, modificativa corretiva de autoria do Senhor Domingos Scarpellini).

Em Votação. APROVADA.

Emenda n. 9, de autoria do Deputado Caíto Quintana, Emenda modificativa.

Em votação a Emenda. APROVADA.

Está em Votação o Projeto. APROVADO.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 268/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 96/87), dispõe que aos funcionários públicos de todas as categorias funcionais, inclusive do Tribunal de Contas do Estado, e dos Poderes Legislativo e Judiciário, aplicam-se as disposições dos artigos 3º e 8º do Decreto-Lei n. 2.335 de 12/06/87, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n. 2.336 de 15.06.87, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J, C.F. e C.R.H., por unanimidade. Com EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em discussão.

Sobre o referido projeto, emenda de Plenário de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA DE PLENÁRIO N. 01 AO PROJETO DE LEI N. 268/87

Inclua-se, onde couber:

"Art. - Fica o Poder Executivo autorizado, em caráter emergencial, a conceder abono salarial no valor de 42% sobre os atuais vencimentos, ao funcionalismo público estadual, a partir de 01 de outubro de 1987.

Sala das Sessões, em 27.10.87.

(a) WERNER WANDERER

Apoiamento: Pedro Tonelli, Antônio Costenaro Neto, Algaci Túlio, Alexandre Ceranto e David Cheriegate.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente emenda ao Projeto de Lei n. 268/87, visa estender ao funcionalismo público estadual, os benefícios concedidos aos servidores civis e militares da União.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para discutir) Sr.

Presidente, Srs. Deputados.

Esta Casa discute hoje, em Terceira Discussão, o Projeto de Lei n. 268/87, iniciativa do Poder Executivo, e já por demais conhecido, pois já o discutimos por duas ocasiões, e hoje, exercendo o direito que todos nós, Parlamentares, temos, subo à tribuna para fazer considerações a seu respeito.

O Regimento Interno nos permite falar pelo prazo de uma hora sobre o projeto, em globo, e assim é que pretendemos fazer uma ligeira retrospectiva sobre sua discussão. e o fazemos, e é bom que se esclareça, não que tenhamos a pretensão ou o fim de colocar qualquer entrave à sua aprovação.

Aliás, nesta altura dos acontecimentos, tudo já está sacramentado. Mas estamos, nesta Casa, com uma finalidade, a de representar o povo paranaense que em nós confiou e nos fez seu representante para, em seu nome, também legislarmos. Assumimos um compromisso e pretendemos cumpri-lo e para isso estamos nos esforçando em nosso trabalho.

Esta é a razão pela qual não podemos concordar com certas coisas que se faz, como legítimo representante do povo, ou então, a forma como às vezes são conduzidas, nesta Casa.

Vejam, Srs. Deputados, como se procedeu na discussão deste projeto, e é bom repetir, não pretendemos atrapalhar o seu andamento, mas apenas registrar aqui, a forma como foi votado e como foi discutido, ou melhor, a forma como ele não foi discutido.

Embora o Regimento Interno determine que a publicação da Ordem do Dia se faça com 24 horas de antecedência, nós só recebemos o Diário da Assembléia algumas horas antes da votação. E foi com surpresa, que na sessão matutina da última quinta-feira, deparamos com a inclusão na ordem do Dia de dois importantes projetos de lei, ambos de iniciativa do Executivo.

O primeiro, dispondo sobre o reajuste mensal de salários, a título de antecipação, e também sobre o crédito residual, e o segundo visando introduzir modificação no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

E eu digo a surpresa, Srs. Deputados, foi tão grande, que ficamos, praticamente, sem ação, tantos foram os absurdos de ordem legal que envolveram a primeira discussão dos dois projetos.

Primeiramente, vimos também com surpresa que ao início da sessão, estavam os Srs. Deputados ainda colhendo assinaturas para os pareceres dos dois processos, o que vale dizer que os mesmos foram dados à Ordem do Dia sem os devidos pareceres. Isto é regimentalmente possível, Sr. Presi-

dente. O que pode justificar é que não tenham as Comissões Técnicas competentes tido condições de exararem os seus pareceres; tivemos a oportunidade de verificar que no processo dispondo sobre o reajuste de salários, a data de entrega do mesmo ao Relator foi de 14 de outubro. Logo, o Deputado Relator teve seis dias para relatar o processo. É um uso comum nesta Casa, que lamentamos muito, Srs. Deputados e Sr. Presidente, pedir regime de urgência para este ou aquele processo, que via de regra se deseja que passe a toque de caixa.

E o que é estranho e já tendo sido objeto de reclamação nossa, pede-se simplesmente urgência para o processo número tal e ninguém fica sabendo que processo é e do que se trata, isto porque lamentavelmente em algumas sessões a matéria é lida longe do microfone ou de forma ininteligível.

É lamentável, profundamente lamentável, porque estamos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para legislar e não para dizer amém às mensagens governamentais.

E não vamos aqui acusar o Sr. Governador, não. Ele manda os projetos. Se não os analisarmos com o devido cuidado, a culpa é nossa e não de Sua Excelência o Governador. Regime de urgência, todos os Srs. Deputados certamente sabem, não é a dispensa de tudo. Não é motivo para que se impeça a discussão da matéria. Os pareceres formais não são dispensados, mas estas matérias foram incluídas na Ordem do Dia sem os devidos pareceres.

E dizer, Srs. Deputados, que aqui estamos para legislar, para fazer leis. Ontem, nós discutimos o substitutivo geral de nossa autoria, e que é evidente, foi rejeitado. Dizíamos que o projeto do Executivo é uma peça praticamente aleijada, capenga, sem forma técnica, e para isso invocamos a opinião do nosso ilustre Deputado Djalma de Almeida César, ex-Professor de Direito Constitucional, se não estamos enganados.

Mas, como já dissemos ontem, talvez, até a má redação, os erros e defeitos técnicos sejam propositais, para não deixarem claro que na realidade nada se concede ao funcionalismo público estadual, a não ser se fazer cumprir o que determina a legislação federal baixada pelos decretos mencionados no projeto.

O projeto visa apenas dispor sobre o resíduo salarial acumulado. Não se trata de aumento, reajuste salarial ou benefício no sentido de se atualizar os vencimentos do funcionalismo. A aprovação do projeto é pacífica. A Oposição desta Casa, a Oposição responsável, consciente, de homens a exemplo de um Basílio Zanusso, de Alexandre Ceranto, de Antônio Costenaro, de João Arruda, de Rafael Greca, de Pedro Tonelli, de Antônio Belinati, de Valderi Mendes Vi-

lela, de Ezequias Losso, esta Oposição responsável e consciente e não festiva, esta Oposição nunca votaria contrariamente a este projeto!

Por isto, digo e repito que a aprovação deste Projeto é pacífica, no entanto temos direito, nós, da Oposição, a pelo menos espernearmos nesta tribuna, pelos atos violentos que em algumas ocasiões se praticam, nesta Casa. É preciso que se respeite aqui neste Parlamento, o direito das minorias. A prepotência, a arbitrariedade, a pressão, o abuso do poder, foram instrumentos usados pelo governo autoritário, pelos governos militares, para se oporem sobre os mais fracos. E não venha aqui, em aparte, a Situação, dizer que eu pertenci a esses governos, porque é mentira!

Pelos homens do PMDB que levantavam bandeiras para que se mandasse, ou para que se mudasse o estado existente, onde mandava quem podia e obedecia quem precisava!

Na luta travada por homens idealistas que realmente queriam ver prosperar a liberdade e a justiça no Brasil, nessa luta contra instrumentos, que eram senão a ânsia do poder absolutista, pelo menos eram os frutos do ódio, do egoísmo, da falta de amor pátrio; nessa luta foi gerada a Nova República que aí está, Nova República que veio, trazendo um mundo de esperanças ao povo brasileiro. O povo acreditou nas promessas daqueles que então tomavam o Poder. Continuava o pobre - pobre pobre! - sem dinheiro para matar a fome, sem moradia, sem educação e sem saúde; mas estava feliz porque sentia seu ânimo, seu otimismo, sua fé no futuro, alimentados pela esperança de novos dias para a sua Pátria!

Todos nós esperávamos mudanças neste País!

Mas, lamentavelmente, a Nova República rapidamente, precocemente, tornou-se a Velha República!

Sr. Presidente, não pretendemos nos desviar do assunto, da discussão desta matéria, como pode até parecer para alguns; estamos apenas fazendo uma introdução para o que é necessário dizer sobre o processo que hoje se discute em terceira discussão.

Mas, dizíamos que, lamentável e tristemente, a Nova República logo tornou-se velha, porque aqueles que pregavam justiça, moralidade, tão logo instalados no Poder, mostraram que alguns eram adeptos da velha teoria do "faça o que eu digo e não faça o que eu faço."

O Brasil inteiro está assistindo ao que já se tornou drama de fama internacional, o drama da Constituinte, onde os seus muitos atores há muito já esqueceram os seus papéis e hoje estão a dar voltas em redor de si mesmos sem saber o que fazer,

o que representar. Mas, enquanto o drama se desenrola no Congresso Nacional na tentativa de se fazer uma nova Constituição, nós que estamos de certa forma envolvidos nesse drama, não podemos esquecer que ainda existe no Brasil uma Lei Maior; uma Lei Maior que ainda está vigindo e que tem eficácia, embora sem muitos remendos. E esta Lei Maior consagra o princípio da representatividade, o princípio da democracia, quando lá no comecinho do seu texto preceitua que "todo poder emana do povo e em seu nome ele é exercido".

Srs. Deputados, nós somos os representantes desse povo, e todos, não apenas alguns, seus legítimos representantes, temos legitimidade de lei para representá-lo. Esta é a razão, Srs. Deputados, que não nos permite admitirmos que dentro desta Casa, que é a Casa do povo, se use dois pesos e duas medidas no tratamento dado às representações partidárias. Não interessa se o PMDB tem 37 Deputados e ainda tem o apoio de mais quatro do PTB, que é o seu complemento. Todos nós somos iguais, temos os mesmos direitos e é este direito que nos leva a vir a esta tribuna usando espaço que nos é dado por direito, virmos aqui para discutir este projeto que trata de dar ao funcionário público do Estado o que de direito já lhe pertence, o reajuste ou o resíduo salarial através da aplicação dos dispositivos de dois decretos federais.

E esse direito nos leva a protestar por termos durante a sua discussão, assistido a atos vindos do rolo compressor do Governo contra os partidos de Oposição e contra as representações minoritárias quando, com arbitrariedade, o direito foi tolhido, pisado e até sufocado.

Para nós é triste, Srs. Deputados, o que temos observado nesta Casa em determinadas sessões, e parece que isso já está colocado como uso e costume, porque toda vez que uma matéria importante vem a Plenário, se monta um verdadeiro rolo compressor que funcionando a todo vapor, atropela a Oposição para que esta não dificulte o trâmite da matéria.

E é com tristeza, repito mais uma vez, que aqui registramos determinadas manobras feitas para aprovar esta matéria na base do atropelo. E é bom esclarecer que a Oposição, em momento algum, pretendia atrapalhar o curso dessa votação; queríamos tão somente ter o direito que nos permite o Regimento desta Casa, em discutir essa matéria, em colocar o nosso pensamento, também as nossas idéias para, evidentemente dentro da nossa humildade, quem sabe até ajudar a melhorar os projetos, por que não? Nós temos uma assessoria competente, todos nós temos; cada um dos Srs. Parlamentares tem a sua assessoria, que é paga

exatamente para isso. Pretendíamos apenas tão somente discutir a matéria, e colocar a nossa Oposição; não uma Oposição irresponsável, festiva, Oposição por querer aparecer, mas também para ter o legítimo direito de discutir essa importante mensagem.

Não era preciso violentar-se o Regimento como se violentou. A Presidência dessa Casa, na Segunda Discussão, lamentavelmente atropelou o projeto. De início, já se agiu anti-regimentalmente, já que não existia "quorum" para votação, apenas oito Deputados estavam presentes em Plenário. Do Governo se encontravam alguns, e outros da Oposição. E não é preciso que aqui se repita o preceito regimental do artigo 84, segundo o qual somente com a presença da maioria absoluta dos Deputados é que se dará início à votação. E vejam, Srs. Deputados, que se esta Oposição fosse uma Oposição irresponsável, festiva, eu volto a repetir, como já disse hoje no Horário das Lideranças, dificilmente teríamos uma sessão por semana nesta Casa, porque ela deve começar no mínimo com 15 Deputados e é difícil que isto aconteça.

Requeremos, então, em consequência do que aconteceu em 2.<sup>a</sup> Discussão, uma cópia da Ata da Sessão Extraordinária de sexta-feira e vejam, Senhores Deputados, 51 Deputados estavam presentes na abertura dessa sessão, apenas os nobres Deputados José Alves, Alexandre Ceranto e a nossa prezada colega, Deputada Vera Agibert, estavam ausentes, segundo as Atas da Sessão de sexta-feira. E vejam, após decorridos quase 10 minutos de requerimento nosso para que se verificasse o "quorum", feita a chamada, constatou-se a presença de apenas 21 Deputados. Onde é que foram parar os demais? Será que saíram rapidamente do Plenário, os 30 que estavam presentes na abertura, que totalizava 51 Deputados e com tudo isso, sem número legal, violentou-se o Regimento...

O Sr. Caíto Quintana- Permite-me um aparte, Deputado?

O SR. ALGACI TÚLIO - Na sequência, Deputado Caíto Quintana, com prazer.

Violentou-se o Regimento, foi o Projeto considerado aprovado em 2.<sup>a</sup> Discussão e isto, sem que tivéssemos tido a possibilidade de discuti-lo.

Nós havíamos nos preparado para discutir a matéria, porque é sabido que nem todos os Parlamentares são formados em Direito, nem todos são advogados. Um é engenheiro, um é radialista, outro é jornalista, outro é médico, outro é pecuarista, nem todos têm a obrigação de saber todas as leis e para isto, se utilizam de asses-

sorias. Nós temos uma assessoria e nos preparamos com esta nossa assessoria para podermos discutir a matéria, para podermos vir a esta Tribuna com conhecimento de causa, para discutirmos este Projeto.

Procuramos aperfeiçoar o projeto, embora sabendo de antemão, que seria um trabalho perdido, porém, não nos furtamos, não cruzamos os braços, não nos acomodamos, porque não é este o nosso objetivo, mesmo sabendo que seremos derrotados em quase todas as emendas a projetos que enviamos a esta Casa. Mas, não será por isso que vamos cruzar os braços e ficar apenas vendo a banda passar, nós vamos participar dessa banda, vamos procurar também ajudar a regê-la, sempre da melhor maneira possível.

Examinamos os diversos aspectos do projeto e viemos a este Plenário, decididos a discuti-lo pelo menos comentá-lo.

O Projeto teria a nossa aprovação, como teve de todas as inclusões. Afinal de contas trata-se de um projeto de interesse dos funcionários e o que é que se viu? A arbitrariedade, repito, me perdoem Senhores Parlamentares, mas eu preciso dizer, pode para alguns isto doer, mas eu não posso me calar, não é do meu feitio amedrontar-me, acovardar-me diante de determinados fatos que acontecem e nós utilizamos a todo instante esta tribuna, para prestarmos toda vez que a minoria for atropelada, aviltada e não for reconhecida dentro desta Casa, porque o meu peso como Deputado é o mesmo peso de qualquer outro Deputado desta Casa. O que nós queremos é valorizar este Plenário, esta Casa, trazendo aqui subsídios para discutir os projetos. Pode, no entendimento do Deputado Caíto Quintana, que já se referiu a isso em outras ocasiões, que o grande fórum de debates, não é o Plenário e sim as Comissões. Eu até reconheço que sim, Deputado, mas é bom dizer que nem todos os Deputados participam das Comissões e é por isso que aqueles que não participam devem ter o direito de vir neste Plenário também discutir os projetos, colocar as suas posições e é isso que nós procuramos fazer. Mas não podemos admitir que o nosso direito, o direito da minoria, não seja respeitado nesta Casa. É esta a nossa indignação. Aprovamos o Projeto e o Regimento até diz que nenhuma matéria se porá a votos sem a presença de número legal dos Senhores Deputados. E, Senhores Deputados, ao que se assistiu na discussão deste Projeto foi - repito mais uma vez é de lamentar. É preciso que a mesa se conscientize de que estamos nesta Casa para legislarmos e que o tempo de dizer amém a tudo já passou e nós nunca pertencemos ao quadro daqueles que dizem "amém". Nós podemos até dizer o "amém" quando a coisa realmente é correta,

é legal, caso contrário, não. Não aceitamos os "tapinhas nas costas", não aceitamos o "deixa pra lá", isso e aquilo. Então, vejam Senhores Deputados, aqui está o exemplo: pode até que na hora em que o Senhor Presidente tocar a campanha os demais Deputados deixam o Plenário. Mas se eu parar de discutir este Projeto neste momento e sua Excelência, o Deputado Presidente da Mesa, colocá-lo em votação, talvez nós não tenhamos o número suficiente para aprovar esta matéria. No entanto, a Oposição responsável e não festiva desta Casa, vai ajudar a aprovar este Projeto com ou sem número legal dos Senhores Deputados.

Concedo o aparte ao Deputado Pedro Tonelli, pela ordem.

O Senhor Pedro Tonelli - Eu agradeço a esta oportunidade tão brilhante em que Vossa Excelência usa o dispositivo regimental para debater matéria de tão grande e relevante importância, não só para nós, desta Casa, mas principalmente por grande parte do Povo do Paraná. Vossa Excelência tem toda a razão quando chama a atenção sobre a responsabilidade dos membros que compõem esta Casa de Leis, porque nós não fomos eleitos, escolhidos pela população, para fazer o que bem entendermos, aquilo que a gente achar melhor. Nós fomos eleitos para representar e defender com unhas e dentes a vontade da população do Paraná. É só reproduzimos os nossos discursos de campanha de todos os partidos e constatamos que aqueles muitas vezes não estão reproduzidos aqui dentro porque, na verdade, este seria o real e fiel compromisso que nós assumimos.

Esta Mensagem Governamental tem uma importância talvez muito maior do que aquela dada até aqui. É simplesmente um reconhecimento à legalização de uma pequena necessidade chamada resíduo da política econômica e da forma como foi imposto o arrocho salarial, após o Plano Cruzado do Funchal e do Plano Bresser. Portanto, é mais do que lógico que temos que aprovar o quanto antes, debater e aprofundarmos porque este é o momento para nós reconhecermos a necessidade da categoria dos funcionários públicos deste Estado.

É público e notório, pois todos os institutos de pesquisas e a maioria das entidades da classe trabalhadora reconhecem a defasagem salarial pela qual passam os trabalhadores públicos deste Estado e deste País. A inflação é visivelmente superior àquela que é calculada pelos institutos oficiais, e isso é de reconhecimento inclusive pelo próprio Governo, a começar pelo Presidente da República que está desrespeitando as suas próprias leis e os seus próprios decretos. A política sala-

rial adotada não acompanha nem sequer a perda salarial aprovada e provocada pelos acordos vindos da edição de inúmeros decretos presidenciais.

E o funcionalismo público do Paraná, nobre Deputado Algaci Túlio, é duplamente penalizado: primeiro, pelo arrocho imposto quanto ao valor dos seus ganhos e, segundo, pelo pagamento atrasado. Portanto, são duas formas de arrochar os salários dos servidores públicos do Paraná.

E nobre Deputado Algaci Túlio eu até agora não consegui entender a justificativa dada em relação a esta matéria, neste momento em discussão, quando o Líder Governista, Deputado Caíto Quintana, afirmava, que a Bancada do PMDB certamente não vai votar num requerimento pedindo a imediata emissão da mensagem Governamental porque a "Gazeta do Povo" publicou algo a respeito.

Eu queria dizer ao Deputado Caíto Quintana e questioná-lo dizendo que respeito como decisão oficial neste Estado o Diário Oficial, que é a primeira publicação que leio todo dia, porque é lá que eu entendo que são publicados os atos de governo. Nem sempre o que está publicado na "Gazeta do Povo" é aquilo que reflete os atos do Governo do Estado do Paraná.

Por isso, reitero que esta Casa de Leis encaminhe expediente ao Governador para que ele agilize o envio da Mensagem. Isso não é louvor ao Deputado do PT, mas, sim, é um reconhecimento da Lei para com a classe trabalhadora assalariada que presta serviços públicos neste Estado. E digo mais, temos que aprovar esta matéria, Deputado Algaci Túlio, para que não aconteça o que aconteceu na discussão do Projeto anterior, onde prevaleceram interesses escusos, particulares. Parabênz Vossa Excelência que procura aprofundar e discutir esta matéria com tão grande brio.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Com sua permissão, gostaria de registrar a presença nesta Casa do Senhor Victor Aizle, Presidente do Instituto Geodésico do Estado de Baden Vurtemberg da Alemanha Ocidental. O ilustre visitante e sua comitiva estão sendo recepcionados pelo Presidente da Casa e por outros Deputados. Sejam bem-vindos.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, em nome da Bancada do Partido Democrático Trabalhista queremos dar as boas vindas à missão que hoje nos visita, a qual vem engrandecer também este Plenário com suas presenças, portanto, sejam bem-vindos à nossa Capital, à Cidade Sorriso, à nossa Curitiba.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a nossa posição é esta, de poder-

mos ter direito a subir nesta tribuna e discutir os projetos de lei. Concedo aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado Algaci Túlio, sinceramente vou lhe fazer um reconhecimento público. Eu admiro o esforço do trabalho legislativo de Vossa Excelência, a sua preocupação em analisar todas as matérias que são votadas. Eu acho que isso dignifica este Parlamento e faz com que a discussão seja embasada em fatos. Que não se diga aqui nesta Casa inverdades, que não se coloque nesta Casa fatos que não são embasados na realidade por pessoas que nem sequer leram o texto e ficam depois querendo discutir a matéria, sem o menor conhecimento de causa, prejudicando o andamento da discussão pura, clara, cristalina que só serve para o aperfeiçoamento de uma matéria. E reconheço em Vossa Excelência, essa preocupação.

Algumas observações, no entanto, que nada tem a ver com sua vontade de analisar os textos e da boa assessoria que tem, é de que o nobre Deputado nesta Casa respeita o direito das minorias. Haja vista, Vossa Excelência na colocação dos benefícios de Lideranças nesta Casa, quase todos os Deputados com assento nesta Casa têm o seu gabinete de liderança com a mesma estrutura, tanto faz para representar 37 Senhores Parlamentares, como a minha Bancada, quanto um, como a Bancada do Deputado Pedro Tonelli, tem a mesma assessoria. O tempo de encaminhamento que o Regimento Interno determina para as lideranças, foi dividido em partes iguais a todas as Bancadas com assento nesta Casa. O que nos preocupa, inclusive, talvez se deva aumentar este tempo. Veja Vossa Excelência que a Bancada do PMDB, de 37 Deputados, dispõe na condição de Líder de oito minutos e meio, o mesmo tempo que dispõe a bancada de um Deputado, que, permite o uso diariamente.

A Casa procura o direito de melhoria.

A questão que Vossa Excelência, levanta de "quorum" para o início de sessões, tem que ser conferido. Regimentalmente e até pela prática costumeira nesta Casa, abre-se a sessão sem levar em conta o número de Deputados presente. No entanto, se aventa a qualquer Parlamentar o direito de pedir verificação de "quorum"; nesta hora através da verificação da chamada nominal é que se vai constatar. Vossa Excelência pode perceber que na Ata de sexta-feira, que Vossa Excelência está alegando, não consta, em local algum, o pedido de verificação "quorum" no início da sessão.

O que temos que exercitar é nosso direito regimental. Nesta hora este direito será assegurado.



Agora também quero solidarizar-me com Vossa Excelência, deve ser o pensamento da Bancada do PDT, de votar este complemento salarial de pagamento de resíduo e da variação da VRP nesta sessão, porque reconhecemos que o servidor público do Paraná está defasado em seus vencimentos. Reconhecemos. Talvez o Governador Álvaro Dias não possa, por questão orçamentária, dar o que o servidor deveria ter para reposição. Mas, tenho certeza, por isto coloquei da tribuna, que é prematura a emenda que fixa teto de 40% de aumento ao servidor, porque o Governo está negociando com a Federação, com as categorias do servidor público, a possibilidade talvez até, não é uma afirmativa, de dar um aumento maior do que o dado pelo Governo Federal. Razão pela qual devemos deixar isto para tempo oportuno, para que, terminadas as negociações com respeito à classe trabalhadora, ou quando o Governo mandar a mensagem em um índice inferior, aí sim, dentro da matéria, a oposição tem o pleno direito de brigar por um índice mais alto. No momento esta não é a discussão de aumento salarial. É apenas a reposição do resíduo salarial e variação de URP.

Mas, de qualquer forma, tirando um parêntese, nestas colocações de restrição à colocação de Vossa Excelência, parablenzo-o porque na verdade gosto muito de discutir com Vossa Excelência porque Vossa Excelência sempre vem embasado em fatos concretos.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado Deputado Caíto Quintana.

Entendo perfeitamente a sua posição e nós temos também, por sua pessoa uma admiração muito grande. Porém, isto não nos impede de discordarmos de algumas opiniões.

Diz Vossa Excelência que o PMDB, com 37 Deputados, respeita o direito das minorias, dando as Lideranças das minorias os mesmos direitos que tem a Liderança do Partido Majoritário da Casa. Entendo eu que não faz o PMDB, nenhum favor às minorias porque está, antes e acima de tudo, respeitando aquilo que me parece... eu não estava aqui, mas pelo que tive conhecimento, está respeitando o mesmo direito que na época em que o PDS era o partido majoritário nesta Casa.

Vou além, parece-me também, que confirmem ou desmintam os Senhores Deputados, que quando da criação de Comissões Parlamentares de Inquérito, parece-me e repito, de que o partido majoritário na época respeitava o Parlamentar que pedia esta Comissão Parlamentar de Inquérito, dando a ele a Presidência desta Comissão Parlamentar de Inquérito, o que lamentavelmente

contraria o espírito democrático do PMDB nesta Legislatura, porque nós mesmos fomos autores de duas comissões parlamentares de inquérito, da Merenda Escolar e a da dos Problemas do Esporte, e em nenhuma delas este parlamentar foi colocado como Presidente, nem como vice, nem sequer como relator.

Então, nobre Deputado Caíto Quintana, respeitando a sua posição e mais uma vez devotando a Vossa Excelência todo o nosso respeito, o nosso carinho e a nossa admiração pela maneira como Vossa Excelência vem a esta Casa, a este Plenário, às tribunas para debater os projetos, para discutir as mensagens nós fazemos estes reparos que entendemos serem oportunos. Como dizíamos também e, repito, mais uma vez, embasado no que eu já havia discutido aqui, de que o respeito às minorias não está apenas dentro daquilo que se estabelece por critérios de lideranças, mas respeito às minorias também se estabelece com respeito dentro deste Plenário onde todos devem ter o mesmo direito, o mesmo espaço para discutir e para falar também.

Concedo o aparte do Deputado Basílio Zanusso.

O SR. Basílio Zanusso - (Aparte)- Nobre

Deputado Algaci Túlio, o meu aparte é para solidarizar-me com Vossa Excelência nesta tarde em que há na discussão uma proposição do Senhor Governador do Estado que trata do reajuste dos resíduos, aos vencimentos dos funcionários do Estado.

O Deputado Caíto Quintana, Líder da Bancada do PMDB disse muito bem quando louva Vossa Excelência, sua bancada, acompanhando as discussões das matérias mais importantes, oficialmente nesta Casa, além da sua presença constante.

Para mim, o que vejo do Líder da Bancada do PDT nesta Casa, Deputado Antônio Belinati, às vezes confunde-me com a presença constante de Vossa Excelência na tribuna ou fora dela, falando em nome da sua bancada como se Líder o fosse.

Nas colocações iniciais de Vossa Excelência, quando se refere, inclusive à sessão de 5.ª feira última, sessão matutina, quando foi surpreendido pela inclusão de duas matérias importantes na Ordem do Dia, sem que tenha atendido a tramitação regimental nesta Casa, Vossa Excelência fez bem, porque falar de uma minoria, uma minoria que em relação ao PMDB não chega muitas vezes a mudar o resultado das votações, nós vemos a necessidade de pelo menos a tramitação dos projetos, das proposições que tenham um curso regimental. A colocação enunciada na pauta precedente da ordem do dia, as matérias em regime de urgência, vota-se requerimento em duas linhas, em regime de urgência, de repente no

dia seguinte, sem qualquer formalidade, sem a manifestação de nenhuma comissão permanente na Ordem do Dia e nós somos surpreendidos, porque não é fácil a qualquer Deputado desta Casa, atender o seu Gabinete, a sua região e acompanhar "pari passu", os projetos que por aqui passam e que por aqui se discutem.

Portanto, a compreensão da Mesa, no que faz referência Vossa Excelência, é muito oportuna. E quando Vossa Excelência dá ênfase ao projeto que discute nesta oportunidade, do reajuste salarial, o Senhor Governador do Estado, na Mensagem, ou no seu projeto de Lei, ele só inova no artigo 2º do Projeto de Lei. No artigo 1º que dispõe sobre o reajuste, é todo ele com base, com fundamento, no Decreto do Bresser Pereira, o Decreto do congelamento. E no artigo 2º o Senhor Governador do Estado, e me parece um gesto louvável, coincidindo com seu discurso, ele procura limitar os vencimentos maiores dos funcionários ou dos Servidores do Poder Público Estadual, em Cz\$ 100 mil cruzados. O Artigo 2º dispõe que sob nenhuma forma nenhum funcionário poderá ter vencimentos superiores a Cz\$ 100 mil cruzados, mas acontece que na sessão de 2ª Discussão deste Projeto, uma Emenda de autoria do Deputado Caíto Quintana, a Emenda nº 1, aprovada pelo Plenário, ela líquida com o artigo 2º, com a proposta do Senhor Governador do Estado, na limitação destes vencimentos mais altos. Por isso, no encaminhamento, com referência a esta Emenda, Deputado Algaci Túlio, porque se fala muito em coerência, nesta Casa, especialmente, o Senhor Governador Álvaro Dias, quando se trata de marajás, com relação à corrupção, o seu discurso com relação ao Tribunal de Contas e outros aumentos, nós vamos aguardar qual será o procedimento do Senhor Governador, na apreciação da emenda aprovada por esta Casa, de autoria do ilustre Líder da Bancada, Deputado Caíto Quintana, porque perde todo o objetivo o artigo 2º de iniciativa do Senhor Governador do Estado.

Com relação à organização, ainda, quando nós falamos ontem de que as lideranças deviam gestionar junto ao Governador para que fosse encaminhada à esta Casa, Mensagem de aumento, não disse nada demais, porque a Presidência da República anuncia o resíduo de mais 33% que vai a 43,34% e o próprio Secretário da Administração do Estado, ontem, teria comentado com jornalistas da Casa o propósito deste aumento.

Quanto à organização judiciária, houve, no encaminhamento, uma referência rápida aqui. Senhor Deputado, eu já concluirei o aparte. O Deputado Pedro Tonelli falou nos cartórios, nestes cartórios que

arrecadam mais que Municípios pequenos e isto parece-me que tem procedência. E esta Lei que nós votamos, da organização, ela não é apenas criação de comarcas novas, ela altera outras coisas de interesse da organização judiciária, de interesse da Justiça, mas como nós sabemos que há uma comissão de alto nível no Tribunal de Justiça, uma comissão especial que estuda uma profunda reforma na organização judiciária do Estado, nós a exemplo do Deputado Pedro Tonelli, estamos aguardando e acreditando que esta comissão deve propor a esta Casa e ao Senhor Governador do Estado, nesta futura reforma, uma criação de um quadro dos serventuários da Justiça, por que não? Qual é o futuro, Deputado Caíto Quintana, do serventuário da Justiça? Qual é o futuro do oficial de Justiça do Distrito de qualquer Município que não seja Comarca neste Estado? Ele está determinado a ficar a sua vida inteira, 50 anos, se viver tanto, a ficar lá, mas ele não terá direito nenhum a promoção, remoção, coisa alguma. Porque a organização judiciária, que também não é de agora, não é culpa do senhor Governador, nem do seu partido, não é culpa, porque também anteriormente, era assim, mas é necessário que esta organização mude alguma coisa para que se dê uma carreira, que se dê um horizonte ao Serventuário da Justiça, para que ele tenha ânimo e vontade de dedicar-se mais, porque ele terá um futuro, uma promoção, mais tarde, mas da forma que está, somente o Senhor Governador pode promover o Serventuário da Justiça, e se ele for do Partido do Governador, tudo bem, senão ele vai ficar 50 anos como disse, lá no Distrito.

Só para concluir, Vossa Excelência permita-me um minutinho. Ainda sobre a Comissão Executiva, Deputado Algaci Túlio, dentro do que Vossa Excelência colocou, concordo plenamente com a necessidade, aliás isso é a disposição regimental e constitucional e tradicional no País, que tem as Comissões Executivas nas Casas Legislativas, representações dos Partidos que têm assento na Casa.

E o Deputado Lindolfo Júnior, ainda hoje, no Grande Expediente, falou na representação da 2ª Secretaria, das oposições desta Casa. Acho que o Deputado Lindolfo Júnior faltou, esqueceu-se, inclusive, que ele mudou de partido há poucos dias, ingressando no PTB, que é partido que dá sustentação a administração do Senhor Álvaro Dias.

Portanto, eu discordo da colocação do Deputado Lindolfo Júnior, neste aspecto, para dizer a Vossa Excelência que este é um assunto que nós discutiremos oportunamente, da necessidade de que as oposições tenham também uma representação na mesa, na Comissão Executiva. Porque a partir do

momento em que o Deputado Lindolfo Júnior e o Deputado José Alves, 4º Secretário, ambos passaram para o PTB, e sendo esse partido coligado e é o que dá sustentação juntamente com o PMDB ao Governo do Estado, perdeu a oposição a sua representação. Muito obrigado pela paciência com que me ouviu.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado Deputado Basílio Zanusso, eu não quero me estender nessa tribuna, e apenas para completar eu quero dar o aparte ao Deputado Valderi Mendes Vilela, e darei por encerrada a minha participação nesta Tribuna, a não ser que os demais solicitem apartes.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Nobre Deputado Algaci Túlio, nós ouvimos atentamente o seu pronunciamento, e também as posições dos demais parlamentares, a respeito do assunto que foi tratado hoje. Surpreendeu-me muito e demais, a posição do nobre Deputado Líder do Partido do Governo, quando ele disse taxativamente que o reajuste salarial que está sendo estudado pelo Governo, que se não atendesse aquilo que a oposição pensa, a oposição poderia solicitar e pedir, ou ampliar o pedido do reajuste salarial.

Esqueceu o nobre Deputado que, em se tratando de matéria financeira, nós não podemos alterar, é um dispositivo constitucional que sempre e com muito rigor é observado entre os votos dos Deputados da Oposição. Então, é hora de já se fazer um estudo, que está sendo feito pelo Governo do Estado, eu concordo plenamente quando se faz um estudo antecipado das reais necessidades do servidor público, quanto aos seus ganhos salariais. A defasagem hoje é notória, o arrocho salarial implantado pela política do PMDB, neste País, é também notório, então não temos condições de mudar, nós parlamentares de Oposição, uma Mensagem do Governo para melhorar esta situação que se encontra estampada hoje nesta terra.

Por isso, não tem respaldo legal a afirmação de que nós poderíamos ampliar. Nós poderemos apenas solicitar mas jamais, terá o crivo, passará pelo crivo do partido do Governo.

Outra coisa, Deputado, que nós anotamos é quando Vossa Excelência se referiu a que o grande debate das matérias, neste caso, não de reajuste salarial, mas o do pagamento dos resíduos, é matéria que se encerra, e o grande local das instruções é nas Comissões.

Eu confesso a Vossa Excelência que também pensava assim, quando eleito pelo voto popular vim a esta Casa, para representar uma região e representar uma parcela do povo do Paraná e também todos os pa-

ranaenses porque fui eleito, e fomos eleitos pelo Paraná e então estamos representando o Paraná.

Mas não é o que ocorre nas Comissões. Nas Comissões não se discute absolutamente nada, teria que haver uma maior discussão. Veja Vossa Excelência que um Projeto de Lei é encaminhado para o Relator e já vem com o Relatório pronto para as Comissões aprovarem, ou desaprovarem, é a primeira oportunidade que nós temos, ali, de olharmos rapidamente sem ao menos podermos examinar com bastante cuidado, a documentação que o acompanha. Nas Comissões não se discute nada, não têm poder de decisão algum; o Plenário é que é soberano, no Plenário, é que se deve decidir, é no Plenário que se deve discutir.

Hoje, Vossa Excelência traz, com muito proveito para todos nós Parlamentares, a discussão a este Plenário. A nossa participação, também, disse bem o Deputado Basílio Zanusso, foi incluída na quinta-feira na Ordem do Dia, de uma maneira dizermos, sorrateira, essa matéria, porque o Projeto que concedia essa reposição, que pagava esse resíduo salarial, esteve durante 15 dias nas mãos do Relator, e nós, do PDT, que tem apenas um, um só membro na Comissão de Constituição e Justiça, não foi avisado de tal reunião, e, quando nós adentramos à Casa por volta de 09,15 horas, havia sobre a nossa mesa uma comunicação dessa Sessão Extraordinária, a qual já havia sido encerrada, às 09.15 horas.

Então, veja, nobre Deputado, que não há discussão alguma nas Comissões. As grandes discussões ocorrem aqui.

Eu gostaria também de dizer que a Emenda apresentada pelo Líder do Governo é totalmente inconstitucional porque ela aumenta a despesa do Governo. Votaremos, a favor porque é o nosso princípio, de que essa Constituição aí já se "danou" no tempo e no espaço, fruto do arbítrio, fato pelo qual eu reiteradas vezes, tenho dado o meu voto em separado na Comissão de Constituição e Justiça. Voto, porque concordo com a Emenda, sei que ela vai aumentar a despesa, eu acho que, ganhando pouco ou muito, o resíduo salarial tem de ser pago a todos; reajuste, reposição, é outra coisa, agora, o resíduo deve ser pago a todos. Então, que ela é inconstitucional, ela o é.

As emendas de Plenário também, nobre Deputado, não sofrem qualquer discussão nas Comissões. Raramente elas voltam para as Comissões para serem analisadas, então também não se dá oportunidade à minoria de examinar as emendas, com mais profundidade.

Vossa Excelência disse muito bem que a única coisa que é igual nesta Casa para a Oposição é o tempo de usar a Tribuna, e o

de usar os horários que existem aqui, o resto é totalmente desigual.

Nós temos realmente que agradecer a Vossa Excelência pela profundidade com que tratou deste assunto, e declarar nesta oportunidade de que estamos tendo, que já votamos favoravelmente à Emenda, votamos com o Projeto, porque ele realmente traz mais alguma coisa aos nossos trabalhadores. Aproveitamos a oportunidade, também, para dizer o que pensamos sobre a discussão das matérias nesta Casa. O trabalho parlamentar de Vossa Excelência, elogiado pelo Deputado Líder do Governo, também merece de nossa parte, um elogio sincero, porque Vossa Excelência, dentro da nossa Bancada vem se destacando, pelo carinho, pela dedicação que aplica como Parlamentar.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Valderi Mendes Vilela, mesmo não merecedor de elogios, queremos dizer que este foi o nosso trabalho durante quase 04 anos de mandato na Câmara de Vereadores, sempre foi pautado em cima de uma análise, muito embora reconheça com toda humildade que, não temos tanta capacidade, principalmente técnica, para o entendimento de todas as matérias e por isso nos valem da nossa assessoria. Mas eu quero e também entendo que deseja apartear-me neste final deste pronunciamento o Deputado Dirceu Manfrinato, com satisfação lhe concedo o aparte.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Agradeço pelo aparte, apenas para lembrar que no Brasil o único Governador que manteve o gatilho salarial foi o do Paraná, o Governador Álvaro Dias. Lembrar ao ilustre Deputado Pedro Tonelli que vou até perdô-lo porque ele está recentemente nesse Poder Legislativo.

Nós que estamos aqui praticamente já há quase cinco anos e não temos conhecimento que a partir de 1982, dia 15 de março de 1982 houve atraso aos funcionários públicos do Paraná quando o PMDB assumiu as rédeas desse Governo, ou melhor, 1983. E dizer ao ilustre Deputado Valderi Mendes Vilela que quero discordar de Vossa Excelência, pelo menos na minha pessoa, como Deputado, neste Parlamento. Vossa Excelência diz que a Oposição é sacrificada e marginalizada. Eu recentemente encaminhei um requerimento de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan que pede a esse Poder Legislativo que todos os Deputados, os 54 Deputados sejam Constituintes.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa chama a atenção do ilustre Orador que está fazendo uso da palavra, Deputado Dir-

ceu Manfrinato que o Horário do Orador que se encontra na tribuna se encerrou. Concede, como de praxe, um minuto para encerramento.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu deixo a critério de Vossa Excelência.

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu gostaria que me deixasse apenas 30 segundos para eu complementar.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Então eu agradeço a gentileza de Vossa Excelência e passo-lhe novamente a palavra para que Vossa Excelência faça a despedida final.  
Muito obrigado!

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado Deputado Dirceu Manfrinato.

Quero deixar bem claro mais uma vez que não pretende esse Parlamentar criar um clima até certo ponto de revanchismo nesta Casa, porque não é este o nosso interesse. Quero apenas humildemente pedir à maioria do Plenário desta Casa, e em especial à Comissão Executiva, que seja dado o devido respeito, que se leve com mais cuidado, com mais zelo em determinadas sessões os trabalhos desta Casa, porque nós somos aí fora constantemente cobrados, de algumas pessoas que dizem, não adianta ir à Assembleia porque não vemos nada, não ouvimos nada, e não sabemos como alguns Deputados não sabem o que é que estão votando. Peço apenas a compreensão da Comissão Executiva que quando da votação da Ordem do Dia haja mais critério, mais cuidado, para que todos nós possamos evidentemente entendê-la e poder votar consciente. É esta a nossa posição, sem querer, repito mais uma vez, ferir este ou aquele Parlamentar. Temos o maior respeito por todos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Sobre a Mesa Requerimentos. Do Deputado Caíto Quintana, requer encerramento da 3.ª Discussão do Projeto de Lei n. 268/87. Em votação o Requerimento. APROVADO.

Está em votação a Emenda de número 01, aprovada em 2.ª Discussão, autoria do Deputado Caíto Quintana. APROVADA.

O Sr. Pedro Tonelli (Pela Ordem) - Registre meu voto em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa defere e fará constar o voto contrário do Deputado Pedro Tonelli.

Em votação a Emenda de número 01. Em 3.ª Discussão, Emenda do Deputado Werner Wanderer: Lê: "Fica o Poder Executivo autorizado em caráter emergencial a conceder abono salarial no valor de 42% sobre os

atuais vencimentos". Em votação. REJEITADO.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Em votação o Projeto, 3.ª Discussão, Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. APROVADO.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 247/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 84/87), encaminhando Orçamento Plurianual de Investimentos relativos ao triênio 1988 - 1990. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Orçamento, por unanimidade. Aprovado.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
PROJETO DE LEI N. 247/87

PARECER:

Através da Mensagem n. 84/87 de 14 de setembro de 1987, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado apresenta para apreciação desta Casa de Lei o anteprojeto de Lei referente ao Orçamento Plurianual de Investimento para o triênio 1988/1990.

Tal Mensagem deu origem ao Projeto de Lei n. 247/87, o qual vem atender as disposições da Constituição Estadual no § 2º, do artigo 32; do Ato Complementar n. 43/69, no artigo 5º; bem como, as determinações da Lei n. 5.982/69.

A primordial função do Orçamento Plurianual de Investimentos é o atendimento das determinações do Mandamento Constitucional do Estado no seu artigo 33, § 2º, que assevera:

"Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no orçamento plurianual de investimentos ou sem prévia lei que o autorize e fixe o montante das dotações que anualmente constarão do orçamento, durante o prazo de sua execução".

Este Orçamento Plurianual, conforme especifica o Senhor Governador do Estado no bojo da Mensagem "traz, como inovação, a inclusão também das despesas correntes, embora somente as despesas da capital representem uma obrigação legal, a fim de possibilitar uma avaliação mais completa das necessidades financeiras do Setor Público Estadual, no período".

Assim, este Orçamento Plurianual, cujos valores a preços estimados de 1988, apresenta a totalidade das despesas (e receitas) previstas para o Governo do Estado.

Para o próximo triênio, a preços de 1988, pretende o Governo investir 1,6 trilhões de cruzados, alocando para cada exercício, respectivamente, 500 bilhões de cruzados para 1988, 535 bilhões de cruzados para 1989 e 566 bilhões de cruzados para 1990.

Analisando as prioridades governamentais nos departamentos que as três funções mais aquinhoadas são:

Indústria, Comércio e Serviços .....	67,3%
Saúde e Saneamento .....	5,3%
Administração e Planejamento .....	5,1%

Ressaltamos que do total a ser investido nos próximos anos, somente, Cz\$ 195,3 bilhões de cruzados, o governo programou fazer através de operações de crédito, ficando o encargo de atender os investimentos de Cz\$ 1,6 trilhões de cruzados com recursos próprios e em decorrência de convênios.

O montante a ser gasto com as despesas de capital no próximo triênio pela Administração Estadual se ajusta dentro dos objetivos traçados pelo Plano de Governo, no que concerne aos programas sociais.

A tarefa a que se propõe o atual governo do Estado encontra inúmeros óbices, por estar inserido num país que não tem planejamento voltado para a erradicação dos problemas sociais, mas ao contrário, sem objetivos claros, tendendo a aprofundar as questões sociais.

Dentro do exposto, somos pela APROVAÇÃO do presente Plano de Lei.

Sala das Comissões, em

(aa) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 222/87, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a "Associação Cultural Beneficente da Raça Negra - APRONEGRO", com sede nesta capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 229/87, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Meninos de Curitiba - ASSOMA", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 196/87, de autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela, que declara de Utilidade Pública o "Grupo de Estudos Espíritas Dr. Bezerra de Menezes", com sede e foro no Município de Bandeirantes. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 201/87, de autoria do Deputado Cândido

Bastos, que declara de Utilidade Pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE INÁCIO MARTINS", com sede e foro no Município de Inácio Martins. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 205/87, de autoria do Deputado José Felinto, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE DOENTES E DEFICIENTES FÍSICOS - ACDD", com sede e foro na Cidade de Foz do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 210/87, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Oscar Martinez. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 214/87, de autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela, que declara de Utilidade Pública o "Lar Evangélico Estrela de Belém", com sede e foro no Município de Mandaguari. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 223/87, de autoria do Deputado Antônio Belinati, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná a Flávio de Castro Martinez. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 255/85, de autoria do Deputado Mário Pereira, que declara de Utilidade Pública o "SINDICATO RURAL DE CASCAVEL", com sede e foro no Município de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 105/85, de 08.10.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 255/85

PARECER:

O presente Plano de Lei de autoria do nobre Deputado Mário Pereira tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o "Sindicato Rural de Cascavel", com sede e foro no Município de Cascavel.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria, Lei n. 6.994 de 10.01.78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão

pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 29.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 315/85, de autoria do Deputado Anibal Khury, que retifica as divisas do Distrito de Colônia Murici, no Município de São José dos Pinhais, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 134/85 de 28.11.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 315/85

PARECER:

1. Apresentado em 1985, o Projeto de Lei ora examinado foi enviado à Comissão de Constituição e Justiça, tendo seu presidente acolhido Requerimento no sentido do mesmo ser convertido em diligência junto aos Poderes Legislativo e Executivo do município que abriga o distrito, cujas divisas se pretende retificar.

2. Ambos os Poderes consultados, opinaram de maneira contrária à intenção contida na proposição.

3. Entretanto, a fundamentação apresentada para a opinião desfavorável não encontra qualquer amparo legal, vez que opinam como se estivessem sendo consultados acerca de criação de distrito e não de retificação de divisas.

4. A Lei Orgânica dos Municípios de fato disciplina que para a criação de Distritos Administrativos devem ser ouvidos, obrigatoriamente, os Poderes Constituídos do Município.

De outra parte, igual exigência é feita para a transformação de distritos em municípios, com perda ou transferência de área.

5. No caso presente, o Distrito de Colônia Murici já existe, o que não foi contestado.

O que se pretende, e tão somente, é o processamento de retificação de divisas para a correção de problemas na definição das mesmas.

O Município de São José dos Pinhais, continua uno e remanesce intocado, não havendo que falar-se em cessão ou perda de área territorial.

6. Assim, a medida pleiteada não conflita com a legislação apontada, estando em perfeitas condições de receber parecer favorável a sua aprovação, o que se impõe.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente  
ERONDY SILVÉRIO  
Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 212/87, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que denomina de "ESCOLA ESTADUAL MARIA NETTA", a Escola Estadual Boa Vista II, localizada em Ribeirão Claro. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Public. no DA. n. 93 de 02.09.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 212/87

PARECER:

A pretensão do Projeto n. 212/87, de lavra do ilustre Deputado HERMAS BRANDÃO, objetiva a mudança do nome da Escola Estadual Boa Vista II, sediada no Município de Ribeirão Claro, para "ESCOLA ESTADUAL MARIA NETTA".

A justificativa apresentada pelo autor dá um perfil exato sobre a vida de dona MARIA NETTA, sua efetiva participação na sociedade rio clarense, destacando-se pelo seu alto espírito de comunidade, realizações e trabalho.

Trata-se, evidentemente, de agradecer, de homenagear aqueles que em vida, propugnam por uma sociedade mais justa e humana, criando condições favoráveis para um melhor desenvolvimento e aprimoramento da espécie.

Por essas razões, o Projeto procura reconhecer o trabalho desenvolvido por dona Maria Netta, tributando-lhe uma homenagem "pos-mortem".

O Parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 29.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando dispensa da Redação Final para todos os Projetos aprovados em 3.<sup>a</sup> Discussão na sessão de hoje e que não sofreram emendas nas suas tramitações. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando dispensa de Redação Final a todos os Projetos, aprovados em 3.<sup>a</sup> Discussão, na sessão de hoje, que não tenham recebido emendas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Rivadavia Roseira Ri-

bas, ocorrido no dia 26 de outubro do corrente ano, no Município de Guarapuava. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Requerimento verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Requerimento chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa defere e o Senhor 1º Secretário fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Aníbal Khury) - Procede à leitura da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Vinte e oito Senhores Deputados responderam a chamada. Há "quorum" para deliberação. Nós vamos proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento queiram levantar-se. Vinte e oito Senhores Deputados aprovam. Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu indago a Vossa Excelência qual foi o resultado?

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Não terminamos ainda Excelência. Vamos conferir os votos contrários. Os Senhores Deputados que votam contrariamente queiram levantar-se. Nenhum Senhor Deputado vota contra. A matéria está aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu só vejo 15 Senhores Deputados no Plenário. Eu solicito nova verificação de votação. Nós vamos colocar em votação o novo requerimento e acataremos a solicitação de Vossa Excelência.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Vossa Excelência tem a credibilidade desta Casa e examinar se havia 28 Deputados no Plenário. Eu acho um insulto à Mesa, acho um insulto à minha pessoa pedir nova verificação de votação de matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Eu também acho que é matéria vencida, Excelência. Tanto é matéria vencida que está aprovado o requerimento. Vossa Excelência se equivocou.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) - Vossa Excelência disse em claro e bem



tom que iria fazer nova verificação. Se eu entendi o contrário, Vossa Excelência me desculpe.

Eu posso equivocar-me, mas eu procuro equivocar-me o menos que eu puder.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está equivocado, Excelência.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando voto e pesar pelo falecimento do Senhor João Batista Toesca, ocorrido no dia 26 de outubro do corrente ano, no Município de Umuarama.

Está em votação requerimento que requer inserção na Ata da presente sessão de voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Batista. Em votação. Aprovado.

Vossa Excelência requer verificação de votação?

O SR. PEDRO TONELLI - Requeiro.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Vamos proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento queiram levantar-se. Dezesesseis Senhores Deputados aprovam. Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Nenhum Senhor Deputado rejeita. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a

presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 268/87.

4.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 267/87.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei n. 255 e 315/85 e 212/87.

Marca ainda, uma sessão ordinária para quinta-feira, dia 29, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 137, 213, 230 e 234/87 e dos Projetos de Resolução n. 63 e 64/87.

Marca ainda, uma sessão extraordinária, para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - Dos Projetos de Lei n. 35/86, 104, 142, 83 e 75/87.

Levanta-se a sessão.